

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) RODRIGO PINTO MAFRA DE OLIVEIRA

EXPANSÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO:
as relações sino-nigerianas no século XXI

Rio de Janeiro

2021

CC (FN) RODRIGO PINTO MAFRA DE OLIVEIRA

EXPANSÃO CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO:
as relações sino-nigerianas no século XXI

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Marcelo Augusto da Cunha Porto

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por me dar saúde, paz de espírito e iluminar meus dias, de forma que eu pudesse desenvolver este trabalho nas melhores condições possíveis.

Aos meus pais, Álvaro e Maria Francisca (*in memoriam*), serei eternamente grato por todo o esforço que sempre desprenderam para me proporcionar as melhores bases educativas disponíveis, ainda que por vezes estivessem além de suas possibilidades. Agradeço também por terem batalhado ao meu lado para que eu conseguisse ingressar na Marinha, superando as adversidades que encontramos neste percurso. Sem vosso apoio, nada disto teria sido possível.

À minha avó Nilda, presença constante em minha vida desde minha infância, que me acolheu como um filho após o falecimento de minha mãe, expresso a mais profunda gratidão. Só Deus sabe o quanto a senhora é importante para mim.

À minha esposa Sandra, pela compreensão, paciência e suporte durante meus recorrentes períodos de ausência. Entendo perfeitamente que enxergar a importância de minha dedicação aos estudos não torna o processo mais fácil para ti e, neste sentido, seu companheirismo e amor incondicionais foram primordiais para o sucesso deste trabalho.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Marcelo Augusto da Cunha Porto, pelas orientações precisas e diretas, tratamento cordial, e por conduzir todo o processo de maneira fluida e agradável, me proporcionando tranquilidade para conciliar a redação deste trabalho com as diversas demandas surgidas ao longo do curso.

Aos instrutores da Escola de Guerra Naval, pelo profissionalismo com que conduziram as diversas atividades do curso e pelos conhecimentos ministrados, contribuindo de maneira ímpar para minha evolução como cidadão brasileiro e como Oficial de Marinha.

RESUMO

A segunda metade do século XX foi marcada por mudanças consideráveis nas Relações Internacionais. O Estado, até então visto como soberano, viu sua importância ser reduzida frente ao surgimento de outros atores relevantes, e o uso militar da força passou a ter sua efetividade posta à prova com a intensificação das relações econômicas e comerciais. Neste cenário, surgiu a Teoria da Interdependência Complexa, para se contrapor à Teoria Realista Clássica, que até então se mostrava predominante na análise das relações interestatais. Neste mesmo espaço temporal, a República Popular da China e a República Federal da Nigéria passaram por grandes transformações: o país asiático mudou drasticamente sua forma de conduzir sua política internacional, passando a ter como enfoque relações econômicas e comerciais que pudessem sustentar seu crescimento econômico e a busca pela segurança energética; já o país africano se tornou independente e vivenciou períodos de oscilação quanto às formas de governo vigentes no país, além de observar o crescente interesse das grandes potências mundiais em relação às suas fontes de energia. Do exposto, esta pesquisa teve como propósito analisar se as mudanças vivenciadas pelos dois países e o crescente relacionamento sino-nigeriano, com enfoque no século XXI, tem correlação com os pressupostos teóricos da Interdependência Complexa, dada a similaridade de períodos nos quais surgiram. Para que fosse alcançado este objetivo, foi utilizado o desenho de pesquisa de confronto entre teoria e realidade, tendo como fundamentação a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert E. Keohane e Joseph S. Nye Jr. Após o período de análise, constatou-se que as relações desenvolvidas entre China e Nigéria possuem estreita correlação com os aspectos teóricos pontuados e, desta feita, concluiu-se que houve aderência à teoria utilizada.

Palavras-chave: República Popular da China. República Federal da Nigéria. Relações Internacionais. Interdependência Complexa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Espectro desde o Realismo até a Interdependência Complexa	14
Figura 2 - Importações de petróleo realizadas pela China (2000-2010)	56
Figura 3 - Importações de petróleo realizadas pela China (2011-2019)	56
Figura 4 - A Nova Rota da Seda, ou <i>One Belt, One Road</i> (OBOR)	59
Figura 5 - Mapa político da Nigéria.....	60
Figura 6 - Mapa do Delta do Níger e campos de petróleo (2012)	61
Figura 7 - Principais blocos de exploração de petróleo e gás na Nigéria (2010)	62
Figura 8 – Projetos e firmas chineses na África, em cada país (2017).....	63
Gráfico 1 - Balança Comercial China-África (2002-2019).....	57
Gráfico 2 – Investimentos diretos da China e dos EUA na África (2003-2019).....	58
Gráfico 3 – Importações de produtos nigerianos pela China (2009).....	64
Gráfico 4 – Importações de produtos chineses pela Nigéria (2002-2012)	65
Gráfico 5 – Balança comercial Nigéria-China (2000-2017)	66

LISTA DE TABELAS

1 - Acordos e Cooperações entre China e Nigéria nos anos 1999-2006.....	36
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCECC -	<i>China Civil Engineering Construction Corporation</i>
EUA -	Estados Unidos da América
FOCAC -	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
IDE -	Investimento Direto Externo
OBOR -	<i>One Belt, One Road</i>
ONG -	Organização Não-Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCC -	Partido Comunista Chinês
PNB -	Produto Nacional Bruto
RC -	República da China
RPC -	República Popular da China
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PODER, INTERDEPENDÊNCIA E REALISMO	11
2.1	INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E REALISMO POLÍTICO.....	11
2.2	A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA.....	16
2.3	REGIMES POLÍTICOS INTERNACIONAIS	19
3	A ESTRATÉGIA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO	22
3.1	O INÍCIO DO ENGAJAMENTO CHINÊS NA ÁFRICA.....	22
3.2	A ESTRATÉGIA CHINESA NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI	26
4	AS RELAÇÕES SINO-NIGERIANAS	30
4.1	A REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA.....	30
4.2	AS RELAÇÕES SINO-NIGERIANAS (1960-1999)	32
4.3	O RELACIONAMENTO SINO-NIGERIANO NO SÉCULO XXI.....	34
5	CHINA, NIGÉRIA E A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA	39
5.1	A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA	40
5.2	OS TRÊS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA INTERDEPENDÊNCIA.....	41
5.3	ASSIMETRIAS, SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE.....	45
5.4	AS MUDANÇAS DE REGIMES POLÍTICOS.....	48
6	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXOS	56

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno das Relações Internacionais vem passando por mudanças substanciais, as quais se intensificaram a partir da segunda metade do século XX. Neste novo cenário que se descortina, observa-se forte presença de atores não-estatais¹, que desempenham papéis cada vez mais relevantes nas relações comerciais e econômicas. O comércio entre Estados ganha mais corpo, com conseqüente aumento no fluxo de capital e papel crescente da economia. Estas novas conexões, a nível global, acabam por deixar de observar a restrição clássica das fronteiras estatais, até então considerada regra geral.

Como consequência, filósofos e pensadores passaram a buscar uma nova teoria, ou escola de pensamento, que pudesse fornecer pressupostos acerca do conteúdo de tais transformações, uma vez que o papel do Estado-nação proposto na Teoria Realista Clássica, de Hans J. Morgenthau (1904-1980), já não se mostrava tão evidente, conforme observaremos no decorrer deste trabalho. Surge, então, a Teoria da Interdependência Complexa, que busca explicar como ocorrem as novas relações na política mundial. Esta nova corrente teórica surge em meados da década de 1970, do livro “*Power and interdependence*”, de Robert O. Keohane (1941-) e Joseph S. Nye Jr. (1937-), tornando-se uma alternativa para a Escola Realista.

Acompanhando as mudanças observadas no cenário internacional, a República Popular da China (RPC) adotou nova forma de conduzir sua política externa, neste mesmo espaço temporal, ao abandonar uma postura inicialmente pautada em questões ideológicas, e passar a dar grande ênfase às relações econômicas. O extraordinário crescimento do país asiático, e a conseqüente busca por fontes de energia e mercados consumidores, se apresentam como principais razões para este novo comportamento.

¹ Empresas transnacionais, ONGs, governos subnacionais, organizações internacionais e coletividades sociais.

Desta forma, o alcance das relações sínicas se expandiu progressivamente, em busca de novos parceiros ao redor do globo que pudessem atender aos seus anseios. É neste cenário que surge o continente africano e, em particular, a República Federal da Nigéria, país mais populoso, com a maior economia e as maiores reservas de petróleo do continente, características que atendiam perfeitamente às necessidades chinesas.

Adotando por base este cenário, o trabalho em tela possui o propósito de analisar o relacionamento sino-nigeriano no século XXI, sob o enfoque da Teoria da Interdependência Complexa, com o intuito de verificar se há aderência entre os pressupostos teóricos apresentados e a realidade vivenciada pelos dois países. O objeto de estudo será limitado às relações políticas, econômicas e comerciais, aspectos de maior relevância na teoria proposta. O desenho de pesquisa a ser utilizado será o da comparação entre “teoria e realidade”, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Ao término deste estudo, pretendemos responder ao seguinte questionamento: as relações comerciais e econômicas entre a China e a Nigéria, no século XXI, estão de acordo com os pressupostos da Teoria da Interdependência Complexa, no contexto das Relações Internacionais?

De forma a alcançarmos nosso objetivo, estruturaremos este trabalho em seis capítulos, dentre os quais esta introdução. O capítulo dois nos apresentará o arcabouço teórico necessário para a análise proposta, examinando conceitos atinentes à Teoria Realista Clássica e à Teoria da Interdependência Complexa, traçando comparativos entre elas e identificando suas aplicabilidades, no contexto das Relações Internacionais.

No capítulo três estudaremos as relações entre a China e o continente africano como um todo, abordando aspectos gerais relacionados, principalmente, à economia. Inicialmente, será apresentado um breve histórico do início do engajamento sínico na África, na segunda metade do século XX e, por conseguinte, nos aprofundaremos na estratégia chinesa naquele continente no século XXI.

O capítulo quatro será destinado a abordar as relações sino-nigerianas. Para tal, apresentaremos aspectos gerais da República Federal da Nigéria, essenciais para a continuidade de nossos estudos e, posteriormente, discorreremos sobre as relações entre os dois países no período compreendido entre 1960 e 1999, anos em que o país africano se tornou independente, e quando o regime militar ditatorial ali vigente deu lugar à democracia, respectivamente. Por fim, será dado enfoque ao século XXI, quando este relacionamento apresenta grande intensificação.

O capítulo cinco terá como finalidade traçar paralelos entre os pressupostos teóricos apresentados no capítulo dois e as relações sino-nigerianas estudadas no capítulo quatro, buscando a existência de aspectos que venham a demonstrar a aderência entre teoria e realidade.

Finalmente, chegaremos ao capítulo seis, no qual pretendemos concluir nosso trabalho, tendo por base todo o cabedal de conhecimentos aportados nos demais capítulos. Este capítulo terá como finalidade responder ao questionamento proposto no início desta introdução.

2 PODER, INTERDEPENDÊNCIA E REALISMO

Para que possamos estudar adequadamente os fenômenos que ocorrem nas Relações Internacionais, faz-se mister que tenhamos, primeiramente, plena compreensão acerca dos pressupostos teóricos a serem utilizados como base para tal. Assim, neste capítulo abordaremos, detalhadamente, o arcabouço teórico selecionado: Realismo Clássico e Interdependência Complexa.

Neste sentido, dividimos este capítulo em três seções. Na primeira, traçaremos um paralelo entre os conceitos de Interdependência e Realismo Político, e suas respectivas abordagens acerca das Relações Internacionais. A segunda seção focará em uma análise mais profunda da Teoria da Interdependência Complexa e suas particularidades, dentre as quais destacaremos os conceitos de poder, sensibilidade e vulnerabilidade. Por fim, a terceira seção será dedicada aos regimes internacionais, as suas mudanças e evoluções frente ao novo cenário que se apresenta.

2.1 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E REALISMO POLÍTICO

Nesta seção, traçaremos um paralelo entre a Teoria Realista Clássica, escola teórica predominante na análise das Relações Internacionais no período que se inicia após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e a Teoria da Interdependência Complexa, que surge em meados da década de 1970. Segundo Santos Jr. (1962-), a Teoria Realista não se mostra adequada para analisar as Relações Internacionais contemporâneas, uma vez que os realistas entendem o conceito de Poder como um jogo de soma-zero, onde o ganho obtido por um ator implica

obrigatoriamente na perda do outro (BEDIN *et al*², 2004). Em seus estudos, Keohane e Nye (1989) citam que os pressupostos realistas podem ser flexibilizados, uma vez que é possível que os dois atores obtenham ganhos em suas relações. Neste sentido, conforme será ampliado no decorrer deste trabalho, o relacionamento entre atores pode resultar em benefícios mútuos, possibilitando um resultado diferente da soma-zero adotado anteriormente.

De acordo com Santos Jr. (2004), a Escola Realista vê o conceito de Poder como absoluto e, desta forma, acaba por negligenciar o contexto no qual os Estados se relacionam. Adotando pensamento semelhante e complementar, Keohane e Nye (1989) observam que a Teoria Realista apresenta os seguintes pressupostos: 1) os Estados são unidades coesas, e os atores principais na política internacional; 2) a força é um instrumento efetivo, e sempre disponível, da política; e 3) a agenda política internacional possui uma hierarquia entre assuntos, onde a “*high politics*³” sempre tende a dominar a “*low politics*⁴”. Desta forma, Santos Jr. conclui que os demais atores (que não o Estado) “existem para a política externa ou são vistos como politicamente sem importância” (BEDIN *et al*, 2004, p. 215). Cabe tão somente ao Estado, e sua respectiva capacidade de uso da força, dar suporte ao sistema internacional.

Em que pese ser esta a visão mais aceita desde o término da Segunda Guerra Mundial, Keohane e Nye (1989) defendem a ideia de que este discurso havia perdido grande parte de sua força, em meados da década de 1970. Diversos fatores vieram a contribuir para esta assertiva, dentre os quais podemos destacar: mudanças nas relações econômicas entre países, com grande aumento de fluxos comerciais; reações negativas da população estadunidense ao conflito do Vietnã (1955-1975), e o rápido aumento do poder destrutivo dos armamentos; e o progressivo relaxamento das tensões anteriormente existentes entre os Estados

² Seguindo orientação do Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas, indicou-se aqui apenas o nome do primeiro autor, seguido da expressão latina *et al*, uma vez que a referência utilizada foi escrita por quatro autores distintos, dentre os quais Santos Jr. (BEDIN, Gilmar A.; OLIVEIRA, Odete M.; SANTOS JR., Raimundo B.; MIYAMOTO, Shiguenoli). Não se trata, portanto, de fonte secundária, ou “citação da citação”.

³ Questões que são vitais para a sobrevivência do Estado, como segurança nacional e internacional.

⁴ Questões internas ao Estado, como assuntos econômicos, culturais e sociais.

Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Diversos países, destacadamente as grandes potências à época, tentavam justificar suas ações como sendo necessárias à segurança nacional, porém esta abordagem mostrava-se cada vez mais enfraquecida. Ainda que houvesse superioridade militar de um Estado em relação a outro, uma eventual ofensiva poderia apresentar custos inaceitáveis para os objetivos a alcançar e, desta forma, a definição de Poder na concepção da Escola Realista, a qual priorizava tão somente a capacidade militar dos Estados, já não se mostrava adequada (KEOHANE; NYE, 1989).

Neste contexto, a Teoria da Interdependência Complexa surgiu como um eficiente substituto para legitimar ações, nas quais o processo de barganha não pode ser negligenciado, havendo diversas formas de ação além do poder militar. Os atores possuem outras capacidades de interação, e poder, portanto, é definido como sendo a capacidade de controle sobre o resultado das negociações (KEOHANE; NYE, 1989).

Do exposto, Nye (2009) propõe uma nova análise dos três pressupostos do Realismo, aqui citados anteriormente, sob a visão da Teoria da Interdependência Complexa:

Como seria o mundo se três pressupostos básicos do realismo fossem invertidos? Esses pressupostos são que os Estados são os únicos protagonistas importantes, a força militar é o instrumento dominante e a segurança é a meta dominante. Ao contrário, podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) os Estados não são os únicos protagonistas importantes – protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras de Estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento importante – a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais são os instrumentos dominantes; e 3) a segurança não é a meta dominante – a guerra é a meta dominante. Podemos rotular esse mundo antirrealista de interdependência complexa (NYE, 2009, p. 264).

A abordagem acima nos mostra que a nova teoria proposta apresenta diferenças marcantes em relação ao arranjo realista. Surgem novos processos políticos, que se fazem necessários para que se possa manter a ordem nestas novas condições. Tais processos se evidenciam em ausência de prioridades nas definições de agenda, novas estratégias de articulação, papel destacado de organizações internacionais e relações transgovernamentais e

transnacionais, as quais tendem a diminuir consideravelmente a necessidade do uso da força (NYE, 2009).

Neste ponto, é de suma importância frisar que, apesar de julgar que a Interdependência Complexa apresenta, em geral, maior proximidade com o cenário internacional atualmente vigente, Nye (2009) observa que nem o Realismo Clássico, nem a Interdependência Complexa, refletem fielmente a política mundial. Ambos são modelos simples, ou tipos ideais. Os fenômenos políticos tendem a transitar entre as duas escolas, sendo sempre necessária uma análise mais apurada para rotular um caso concreto. A FIG. 1 abaixo apresenta o espectro desde o realismo até a interdependência complexa, sobre o qual devem ser analisados os fenômenos políticos, com alguns exemplos da atualidade.



FIGURA 1 – Espectro desde o realismo até a interdependência complexa
Fonte: NYE, 2009, p. 265.

Em situações nas quais os pressupostos realistas apresentam maior peso, a estrutura seria a distribuição das capacidades militares, e os atores não-estatais teriam importância marginal; na Interdependência Complexa, os atores não-estatais seriam extremamente relevantes, ao passo que o uso da força seria restrito (NYE, 2009).

Keohane e Nye (1989), portanto, classificam esta nova realidade como a Teoria da Interdependência Complexa, a qual apoia-se nos seguintes pressupostos básicos: 1) existência de diversos atores (canais múltiplos) conectando as sociedades; 2) ausência de hierarquia entre assuntos na agenda internacional; e 3) diminuição da eficácia do uso da força.

Santos Jr. (2004) afirma que vem ocorrendo uma crescente interdependência entre as fronteiras nacionais dos Estados, que resulta nos múltiplos canais conectando as sociedades. Tais contatos geralmente não ocorrem sob controle estatal, podendo ser identificados nas relações formais e informais entre as elites governamentais e não-governamentais. Outrossim,

amplia este raciocínio, identificando as corporações transnacionais como outro ator com papel destacado na política mundial, as quais movimentam recursos que, muitas vezes, ultrapassam até mesmo o Produto Nacional Bruto (PNB) de alguns países, fazendo uma ligação direta entre suas políticas nacionais. As tecnologias de comunicação influenciam diretamente neste processo. Keohane e Nye (1989) complementam, ao concluir que a existência destes múltiplos canais acarreta numerosas consequências, com destaque para a diluição da diferenciação entre os níveis doméstico e internacional.

Ao tratar da ausência de hierarquia entre assuntos, Santos Jr. (2004) observa que a agenda internacional passou a diversificar as principais questões que tratam da política mundial, anteriormente liderada por questões de segurança internacional. Keohane e Nye (1989) advertem que, quando há temas na agenda que possam oferecer riscos a grupos domésticos, mesmo que não ameacem o Estado como um todo, priorizá-los pode se tornar um problema, uma vez que surgem conflitos de interesses.

Por fim, Keohane e Nye (1989) remetem-se ao espectro abordado na FIG. 1 acima, afirmando que o poder militar, foco das teorias realistas, deixa de ser um artifício eficaz a ser utilizado contra outros Estados, que se encontrem em áreas do espectro nas quais a Interdependência Complexa se faz presente, uma vez que seu uso frequentemente pode impor custos inaceitáveis a outros objetivos do Estado. Além disso, pode resultar em rompimento de relações em outras áreas, ocasionando prejuízos significativos. Santos Jr. (2004) corrobora tais observações, ao afirmar que a força militar não é garantia de sucesso nas atuais metas relevantes das políticas doméstica e internacional, uma vez que geralmente os efeitos de se utilizar a força são caros e incertos.

2.2 A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Após realizarmos uma análise comparativa entre a Teoria Realista Clássica e a Teoria da Interdependência Complexa, verificarmos suas principais diferenças e possibilidades de emprego, passaremos a abordar a Interdependência Complexa com maior profundidade.

Nye define o conceito da seguinte forma: “Como uma palavra analítica, Interdependência refere-se a situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente” (NYE, 2009, p. 250). Apresenta, então, a ideia de que a Interdependência, inicialmente, pode nos transmitir um sentimento de paz e cooperação entre os atores, mas que o conceito não é tão simplório quanto parece. E conclui:

As lutas pelo poder continuam, até mesmo em um mundo de interdependência. Uma vez que as coalizões são mais complexas e diferentes formas de poder são usadas, os conflitos geralmente são como jogar xadrez em diversos tabuleiros ao mesmo tempo (NYE, 2009, p. 250).

O novo formato de Relações Internacionais ocorre sob o espectro de um acelerado processo de interdependência, que se concretiza quando as transações realizadas entre os atores resultam em benefícios ou custos recíprocos. Estes custos ou benefícios não podem ser previstos antecipadamente, e não há como garantir uma igualdade de resultados para os participantes. Sendo assim, observa-se que este tipo de relação interdependente nem sempre terá como resultado vantagens simétricas. Conclui-se que, se as relações entre atores internacionais podem mostrar-se assimétricas, e envolvem custos, então o conceito de Poder permanece como o norte da política mundial, o que não significa, entretanto, que o poder militar continue a se destacar dos demais neste novo cenário (BEDIN *et al*, 2004).

Sobre os custos de uma relação, é de suma importância analisar seu real significado para o assunto em tela. Duas perspectivas podem ser adotadas: aquela que foca nos ganhos ou perdas de forma isolada, que chamaremos de ganhos absolutos; e a que tem enfoque nos conflitos que podem surgir em sua distribuição, os chamados ganhos relativos. Quando a

interdependência se mostra assimétrica, destacar os ganhos relativos se mostra mais apropriado (KEOHANE; NYE, 1989).

Ainda sobre a assimetria da Interdependência, que pode envolver benefícios ou custos diferentes para cada ator, Nye (2009) adverte que não se pode ignorar esta desigualdade de custos e benefícios, uma vez que a diferença de ganhos relativos pode ocasionar conflitos. Seria errôneo pensar que a Interdependência resultaria em substituição da competição pela cooperação no cenário internacional. A cooperação, neste sentido, efetivamente ocorre, pois na maioria dos casos há benefícios conjuntos; porém, ganhos relativamente maiores da outra parte podem ser usados para prejudicar determinado ator, como no caso das sanções econômicas. Por fim, chega também à questão do poder, afirmando que, nestes casos, a interdependência pode apresentar mais utilidade do que a força nas relações políticas. As fontes de poder dos Estados, neste novo cenário, viriam da interdependência assimétrica.

Do exposto, podemos fazer uma analogia entre a Interdependência e o conceito de Poder, ao compreender que atores com maior potencial para influenciar nos resultados das negociações, e que possuam maior controle de recursos, são menos dependentes e, portanto, teoricamente possuem maior capacidade de condução dos processos. Aqui, é importante ressaltar, no entanto, que tais capacidades intrínsecas não são necessariamente garantia de vantagens, pois os fatores subjetivos de barganha e chantagem são primordiais na mesa de negociações. Destarte, o conceito de Poder mostra-se diretamente relacionado ao contexto no qual será aplicado e às variáveis específicas de cada situação, podendo haver ocasiões nas quais Estados com maior poderio militar se vejam compelidos a se ajustar a atores com menor expressão de força (BEDIN *et al*, 2004).

A Teoria Realista Clássica, tal qual foi abordada neste trabalho, apontava para as questões militares como foco de poder para se entender a política mundial. Ao eleger a Teoria da Interdependência Complexa como dominante no cenário atual, Keohane e Nye focam no

processo político. O uso da força permanece presente como fonte de poder, uma vez que ainda é capaz de influenciar o andamento das negociações; porém, seus custos são elevados e sua eficácia é incerta. Desta forma, com a intensificação da interdependência a partir de meados de 1970, a eficácia do poder militar mostrou-se menor quando comparada às demais fontes de assimetria identificadas. Surgem, então, as fontes não-militares de poder da interdependência: a sensibilidade e a vulnerabilidade (KEOHANE; NYE, 1989).

Sensibilidade envolve graus de capacidade de resposta de determinado ator para lidar com mudanças, sem a necessidade de adotar políticas alternativas para amenizar o efeito das adversidades. Diz respeito à rapidez com que determinada mudança que venha a ocorrer em determinado Estado acarretará efeitos onerosos no outro. A sensibilidade pressupõe que a estrutura política vigente permanecerá inalterada, por ser difícil formular novas políticas em curto espaço de tempo, ou mesmo por respeito e compromisso assumido frente a um padrão de regras nacionais ou internacionais. Apresenta, portanto, especial importância no curto prazo (KEOHANE; NYE, 1989).

Já vulnerabilidade representa a capacidade de resposta e os custos das alternativas que o Estado possui para elaborar novas políticas, quando afetado por relações de interdependência. Desta forma, é primordial para a correta compreensão da estrutura política vigente. Apresenta maior importância no longo prazo (KEOHANE; NYE, 1989).

Em tentativa de exemplificar estas duas questões, Keohane e Nye (1989) citam dois atores distintos, dependentes igualmente, e importadores, de 35% de suas necessidades de petróleo. Ambos se mostram igualmente sensíveis a um eventual aumento do preço do barril, porém será menos vulnerável aquele ator que tiver maior facilidade para adotar uma política alternativa de fontes de energia.

Concluimos, portanto, que a Interdependência Complexa apresenta três possíveis fontes de interação entre atores internacionais: a dimensão militar, a sensibilidade e a

vulnerabilidade. Esta interdependência raramente ocorre de forma igualitária, o que resulta em situações de interdependência assimétrica. Keohane e Nye (1989) a classificam como uma possível fonte de poder, quando um ator possui maior controle sobre recursos, ou mesmo potencial para influenciar nas negociações. O ator menos dependente tem maior possibilidade de iniciar, ou até mesmo ameaçar, uma mudança na estrutura política vigente, que possivelmente será menos onerosa para ele do que para seus parceiros. As fontes de interação não são necessariamente estáticas no transcorrer das negociações, sendo passíveis de manipulação no processo de barganha.

2.3 REGIMES POLÍTICOS INTERNACIONAIS

Apesar de considerarmos que um dos pilares do sistema internacional é que ele seja formado por Estados soberanos e independentes, é notória a existência de uma ordem política internacional, na qual a interação entre os atores somente é possível com a formulação de princípios, normas, regras e procedimentos que possibilitem a convivência recíproca. Tal raciocínio é fundamental para que se compreenda o conceito de regimes políticos internacionais, que são “instâncias que instituem padrões de comportamento entre atores internacionais, para facilitar as negociações, através da redução de incertezas e do acesso a informações” (BEDIN *et al*, 2004, p. 239).

Os regimes políticos internacionais atuam como intermediários entre a estrutura de poder vigente no Sistema Internacional e os processos de negociação que ocorrem nele. Neste sentido, a distribuição de poder entre os Estados componentes do sistema tende a influenciar diretamente a natureza do regime, impondo maior ou menor flexibilidade nas normas, regras e procedimentos que se mostram relevantes. O regime, por sua vez, acaba por influenciar

profundamente os processos de negociação e as tomadas de decisão dentro do sistema (KEOHANE; NYE, 1989).

Os regimes são ferramentas utilizadas no sistema internacional, com o fito de possibilitar acordos entre Estados soberanos e demais atores com interesses egoístas. Desta forma, acabam por auxiliar na qualidade das informações e na redução de custos nas transações, criando condições ideais. Trata-se, pois, de uma estratégia utilizada pelos atores, que compreendem que a existência de regimes é o melhor caminho para obtenção de benefícios mútuos, uma vez que os governos entendem que a inexistência deste artifício impossibilitaria resultados reciprocamente vantajosos (BEDIN *et al*, 2004).

Após criados e efetivamente implementados, os regimes passam a afetar e influenciar profundamente os processos políticos da Interdependência Complexa, na medida em que possuem relação direta entre o poder potencial que os Estados possuem e o efetivo resultado que obtém nas negociações. Mostram-se, desta forma, fundamentais para a compreensão das fontes não-militares de poder da interdependência: sensibilidade e vulnerabilidade (ESTRE, 2011).

A manutenção dos regimes implementados torna-se mais fácil a partir do momento em que os benefícios que se esperam da cooperação se concretizam, dentro da visão de interesses recíprocos. Soma-se a isso o fato de que as regras que passam a normatizar as Relações Internacionais tornam-se garantias de que sempre haverá alguma previsibilidade de resultados. Além disso, o temor de eventuais penas impostas, pela transgressão destas regras, geralmente leva os atores a cumprir as obrigações assumidas. Como exemplo, podemos citar o eventual descumprimento de artigos contidos em acordos assumidos perante a comunidade internacional, e consequentes sanções econômicas sofridas (BEDIN *et al*, 2004).

Os regimes, porém, não são imutáveis, ou mesmo insubstituíveis, sendo cabível que mudanças parciais ou totais venham a ocorrer. Os principais motivos para alterações no *status*

*quo*⁵ são, em síntese, interesses compartilhados dos atores. Cabe frisar que, mesmo que haja interesses compartilhados que apontem nesta direção, ainda poderá haver manutenção do regime, levando-se em conta que grandes alterações estruturais significam altos custos. Tal razão alia-se ao fato de que nem sempre as razões que originaram o interesse pela substituição do regime irão manter-se no longo prazo e, sendo assim, seria errôneo e custoso deixar que interesses de curto prazo viessem a influenciar decisivamente a política mundial.

Neste sentido, os Estados hegemônicos tendem a optar por realizar grandes concessões na mesa de negociações, com o intuito de conservar a estrutura vigente e garantir acordos que os beneficiem. Em última instância, grandes alterações estruturais na política internacional são raras de ocorrer em função da conjuntura, ao passo que a maior parte das mudanças efetivadas se mostram como o resultado de processos demorados (BEDIN *et al*, 2004).

Por fim, ao concluirmos esse capítulo, destacamos alguns pontos principais. A Teoria da Interdependência Complexa surge em meados de 1970, para se contrapor à Teoria Realista Clássica, tendo em vista as modificações pelas quais passava o sistema político internacional, das quais destacamos o surgimento de atores não-estatais e o crescente papel da economia nas Relações Internacionais. A partir daí, criam-se relações de interdependência, que podem ser simétricas ou assimétricas, gerando benefícios e/ou custos recíprocos, que podem ser medidos pela sensibilidade e vulnerabilidade, fontes de poder não-militar. O uso da força deixa de ser o instrumento mais efetivo da política, os temas da agenda internacional deixam de ter uma hierarquia, e as sociedades passam a ter múltiplos canais de contato. Neste sentido, os regimes políticos internacionais surgem como forma de tornar possível a cooperação entre os atores, criando instâncias que os possibilitam negociar adequadamente e obter benefícios mútuos.

⁵ Do latim *status quo ante belum*, que aborda os tratados de paz que estabeleciam o retorno à situação de soberania entre os Estados, nas configurações do período anterior às hostilidades (MORGENTHAU, 2003).

3 A ESTRATÉGIA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO

Este capítulo terá como enfoque a abordagem do relacionamento político e econômico que ocorre entre a RPC e o continente africano, aspecto de fundamental importância que servirá como marco inicial para compreendermos, posteriormente, as relações sino-nigerianas, tema do próximo capítulo. A África possui lugar de destaque na política externa chinesa, que desenvolve com aquele continente uma parceria estratégica que já dura mais de cinquenta anos.

De forma a melhor separar, cronologicamente, o histórico desta relação, dividiremos este capítulo em duas seções. Na primeira seção, faremos uma breve apresentação do início das relações sino-africanas, notadamente no período compreendido entre 1949 e 1995. A segunda seção descreverá a estratégia chinesa na África no século XXI, período de grande interesse para o objeto de estudo deste trabalho, com enfoque nos aspectos mais relevantes que remetam ao relacionamento entre a RPC e a Nigéria.

3.1 O INÍCIO DO ENGAJAMENTO CHINÊS NA ÁFRICA

De acordo com Pereira (2011), o início das relações entre a China e a África se dá em 1949, logo após a vitória comunista na Revolução Chinesa⁶, e pode ser dividido em três períodos, sendo eles: 1) o período de busca por alianças políticas, com direcionamento

⁶ Com o término da Revolução Chinesa, o Partido Comunista Chinês (PCC) ascendeu ao poder e o país dividiu-se em dois: a grande maioria da população permaneceu na porção continental, sob comando de Mao Zedong (1893-1976), com o nome de República Popular da China (RPC); e cerca de 200 milhões de habitantes se refugiaram na chamada Ilha de Formosa, também conhecida como Taiwan, adotando regime democrático sob comando de Chiang Kai-shek (1887-1975) e intitulando-se República da China (RC).

ideológico (1949-1977); 2) um período de transição, com relativo afastamento (1978-1994); e o período de rápido crescimento e desenvolvimento econômico chinês (1995 até os dias atuais), sendo este último o tema da próxima seção deste capítulo. A China buscou, em cada período, adequar as estratégias políticas e econômicas utilizadas a seus interesses no continente africano.

O relacionamento entre a RPC e a África tem raízes seculares, mas este sentimento se intensificou no início da década de 1950, quando o país asiático buscava aliados políticos e reconhecimento internacional após a revolução, com o intuito maior de se fortalecer contra as potências capitalistas e a URSS. Neste contexto, em 1955 foi realizada a Conferência de Bandung⁷, que teve como marco principal a adoção dos cinco princípios da “coexistência pacífica” por todos os participantes: 1) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; 2) a não-agressão mútua; 3) a não-interferência em assuntos internos de terceiros; 4) benefício mútuo e igualdade; e 5) a coexistência pacífica (LOOY, 2006).

Neste período, a China prestou grande apoio ao processo de descolonização pelo qual passavam diversos países africanos, o que acabou por ampliar sua influência política sobre a região, obtendo gradualmente o reconhecimento de legitimidade destes, frente à Taiwan⁸ (ALVES, 2010).

Em visita realizada à África em dezembro de 1963, o então Primeiro-Ministro da RPC, Zhou Enlai (1898-1976), proclamou os “Oito Princípios que Regem a Assistência Econômica e Tecnológica da China para Países Estrangeiros”, que destacavam que os empréstimos seriam realizados sem juros (ou a juros baixos) com longo período de carência, além do respeito à soberania dos países. Tal declaração fez com que o número de países africanos que estabeleceram relações diplomáticas com o país asiático aumentasse

⁷ Reunião que contou com a participação de 29 Estados, asiáticos e africanos, com a finalidade de promover o intercâmbio cultural e fortalecer relações econômicas entre os dois continentes, além de abordar a questão da hegemonia ocidental, imperialismo e colonialismo (LOOY, 2006).

⁸ Após o término da Revolução Chinesa, em 1949, Taiwan permaneceu ocupando formalmente o assento chinês nas Nações Unidas, em detrimento da RPC. Tal situação foi revertida em 1971, com a substituição da RC pela RPC na ONU.

substancialmente (PEREIRA, 2011).

O apoio dos países africanos foi fundamental para que a RPC retornasse formalmente à Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo também o não reconhecimento de Taiwan como país independente nas organizações internacionais e relações diplomáticas. A proposta anual de 1971, apresentada na 26ª Assembleia Geral das Nações Unidas, obteve o almejado sucesso, com voto favorável de 26 países africanos, número que representou mais de um terço dos votos pró-RPC. Como resposta, Pequim sinalizou que utilizaria sua posição de membro permanente do Conselho de Segurança para apoiar a África nas questões da ONU e nos demais fóruns internacionais. Na ocasião, o líder chinês Mao Zedong (1893-1976) afirmou: “nós fomos levados às Nações Unidas pelos amigos africanos” (LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013, p. 85).

Desta forma, fica claro constatar que o primeiro período de engajamento China-África foi marcado por relações políticas, tanto pela busca de reconhecimento diplomático da RPC frente à República da China (RC), como na busca de apoio dos países africanos no cenário internacional, após suas independências. Tais características começam a tomar novo rumo, com o período de transição que se segue.

O início do período de transição ocorre com o falecimento de Mao Zedong, em 1976. A China, então, adotou uma postura de reforma estrutural interna, a fim de se adequar à nova conjuntura internacional vigente. Ocorre, desta forma, uma despolitização da diplomacia, afastando as considerações ideológicas e resultando em aproximação com países que apresentavam sistemas políticos e econômicos diferentes. Priorizava-se a manutenção de boas relações com todos os países, com destaque para a busca de uma aproximação com os EUA. Do exposto, a assistência econômica, o comércio bilateral e a ajuda humanitária antes destinados aos países africanos foram reduzidos (LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013).

Sinalizando a mudança de postura em relação à África, em dezembro de 1982 o

então Primeiro-Ministro chinês, Zhao Ziyang (1919-2005), em visita a onze países no continente, promoveu os “Quatro Princípios da Cooperação Técnica e Econômica Sino-Africana”: 1) igualdade e benefícios mútuos; 2) ênfase em resultados práticos; 3) diversidade na forma; e 4) desenvolvimento econômico. Tais princípios significavam que a ajuda até então concedida, em termos praticamente incondicionais, não constava mais nos planos chineses, que buscavam prioritariamente seu próprio desenvolvimento econômico (LOOY, 2006).

A postura de relativo afastamento em relação à África, porém, foi revista após os fatos ocorridos na Praça da Paz Celestial em 1989⁹, que resultaram em pesadas críticas por parte da comunidade internacional. Os questionamentos oriundos do Ocidente e o consequente isolamento internacional, que incluíram sanções econômicas e até mesmo rompimento de relações diplomáticas, fizeram com que a China se reaproximasse dos países africanos, que também sofriam pressões para democratizar seus regimes. Houve, portanto, novo alinhamento, resultante do isolamento chinês e dificuldades africanas em relação ao Ocidente e necessidade de busca, de ambas as partes, por parceiros que pudessem suprir tais lacunas (ALVES, 2010).

Estes dois primeiros períodos de relações sino-africanas, ainda que tenham sido marcados por aproximações cada vez maiores entre os atores, representaram relações que podem ser consideradas tímidas, uma vez que a China ainda não havia iniciado de forma marcante sua ascensão econômica, e os países africanos, em sua maioria, haviam conquistado sua independência há pouco tempo. Tal relacionamento, no entanto, apresentará um crescimento exponencial a partir do terceiro período, que será abordado na seção abaixo.

⁹ O Protesto da Paz Celestial consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes, que questionavam a repressão e corrupção do governo chinês. Como resposta, o governo declarou lei marcial e decidiu pelo uso da força para conter os protestos. Na noite de 03 de junho de 1989, o Exército foi empregado para dissolver o protesto, o que acarretou morte de vários civis.

3.2 A ESTRATÉGIA CHINESA NA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

A partir dos anos 2000, Pequim colocou em prática a estratégia de internacionalização de suas empresas, tendo as exportações como sustentáculo para manutenção de sua economia. Como resultado, a necessidade de garantir recursos naturais que possibilitassem tal impulso aumentou substancialmente, tornando o país um importador de grande variedade de itens, destacadamente minerais e energéticos (OURIQUES, 2014). Acerca do tema, Pereira (2011) comenta:

Ainda na década de 1990, a implacável busca pelo desenvolvimento econômico fez a China passar de exportadora para importadora de petróleo [...] A necessidade de petróleo tem sido tamanha que, entre 2000 e 2004, a China, sozinha, foi responsável por 40% do aumento de sua demanda global. Além disso, entre 2000 e 2008 o consumo chinês de alumínio, cobre, prata, chumbo, níquel, estanho e zinco cresceu em média 16% ao ano e, desde 2004, as importações de minério de ferro cresceram mais de 27% ao ano. Somente em 2009, a China contribuiu com 25% de todo o crescimento econômico mundial (PEREIRA, 2011, p. 39).

As FIG. 2 e 3 (ANEXO A) apresentam a evolução das importações de petróleo realizadas pela China, entre os anos de 2000 e 2019.

Em contrapartida, a África se apresentava como um continente que possuía reservas de recursos naturais em abundância, capazes de atender ampla parcela das necessidades chinesas (LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013). Ouriques (2014) complementa, ao afirmar que o crescimento do interesse chinês pelo continente africano, notadamente a partir de 2000, é consequência de seu novo posicionamento estratégico. O GRÁF. 1 (ANEXO B) apresenta a evolução da Balança Comercial entre a China e a África, de 2002 a 2019.

Outro aspecto que favorece o estreitamento das relações sino-africanas neste século diz respeito à postura chinesa no cenário internacional. Conforme abordado na seção anterior, Pequim adota o princípio da não interferência em assuntos internos de outros Estados. Eventuais violações aos direitos humanos, ou mesmo indícios de corrupção, não são entraves para que o

país asiático prossiga com suas relações comerciais, fatos que geralmente apresentam repercussões extremamente negativas para os países ocidentais. Desta forma, o emprego do chamado *soft power*¹⁰ faz com que a China tenha liberdade de ação com países que muitas vezes sofrem restrições comerciais por parte do ocidente, o que traz enorme vantagem para as empresas chinesas, que enfrentam pouca concorrência nas disputas por recursos naturais e energéticos (ALVES, 2010).

Além das vantagens acima, Alves (2010) cita que a China se diferencia de seus concorrentes ao oferecer aos países africanos um verdadeiro “pacote completo”, que não vislumbra somente a necessidade de recursos naturais, mas também disponibilidade e oferta de recursos financeiros, grande influência política e investimentos em infraestrutura. Se, por um lado, tais investimentos (como estradas, ferrovias e portos) servem diretamente às necessidades chinesas para a exportação de recursos, por outro lado observa-se o crescimento de investimentos que beneficiam diretamente à população local, como escolas e hospitais.

Neste sentido, Pereira (2011) pontua que as principais empresas chinesas contam com forte proteção do Estado, o que lhes dá a possibilidade de serem mais agressivas nos processos de concorrência pelas licenças de exploração, com ofertas de crédito de longo prazo por parte de instituições financeiras oficiais chinesas. O GRÁF. 2 (ANEXO C) apresenta um comparativo entre os investimentos diretos realizados pela China e pelos EUA no continente africano de 2003 a 2019, onde observamos que a estratégia citada surte efeitos a partir de meados de 2012, quando o país asiático ultrapassa os norte-americanos em valores totais.

O estreitamento de relações supramencionado materializou-se com a criação do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), em 2000, onde passariam a ser tratados todos os temas relativos à cooperação sino-africana. Realizado a cada três anos, o evento busca o

¹⁰ Termo apresentado por Joseph S. Nye em seu livro *Soft Power: the means to success in world politics*, utilizado em Relações Internacionais para descrever a habilidade de um Estado em influenciar indiretamente o comportamento de outros atores do Sistema Internacional.

aprofundamento da cooperação por meio da realização de outros fóruns ligados “à agricultura, ciência e tecnologia, direito, finanças, cultura, grupos de reflexão, a juventude, as ONG, as mulheres, a mídia e segurança local, etc” (PAUTASSO, 2016, p. 131). Com a participação inicial de 44 países africanos, cada edição do fórum estabelece um Plano de Ação a ser implementado no próximo período. Como resultados até o momento, Pequim tem disponibilizado linhas de crédito bilionárias para a África, e vem garantindo o acesso a recursos naturais, novos mercados e oportunidades de investimento em solo africano (PEREIRA, 2011; LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013).

Este novo comportamento, apresentado pela RPC no século XXI, fez surgir o conceito do “Consenso de Pequim”, em 2004. Cunhado por Joshua C. Ramo (1968-), ex-secretário de Estado dos EUA, o termo refere-se ao reconhecimento chinês acerca das necessidades locais de desenvolvimento de cada país, e na cooperação e multilateralismo como forma de construção da nova ordem mundial (PAUTASSO, 2016).

Em seu primeiro ano de governo, em 2013, Xi Jinping (1953-) anunciou um novo e ambicioso projeto de infraestrutura. A Nova Rota da Seda, ou *One Belt, One Road* (OBOR) é uma iniciativa multimilionária de realização de diversas obras terrestres e estruturas que possibilitem melhorias para adoção de rotas marítimas, com o fito de interligar a Ásia, Europa, Oriente Médio e África (CANTO, 2021). A FIG. 4 (ANEXO D) apresenta detalhadamente estes cinturões e rotas. Pautasso (2016) amplia:

Segundo o governo chinês, a Nova Rota da Seda busca os seguintes elementos da cooperação: a coordenação das políticas, a conectividade das instalações, o comércio desimpedido, a integração financeira e o intercâmbio de pessoas. Para tanto, os objetivos são alinhar e coordenar as estratégias de desenvolvimento desses países; criar demandas e oportunidades de emprego; promover confiança, paz e prosperidade. O plano deixa claro a disposição do governo chinês em arcar com mais responsabilidades e obrigações dentro das suas possibilidades e de promover os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Segundo o documento, há (*sic*) Nova Rota subdivide-se no Cinturão Econômico ligando a China-Ásia Central-Rússia-Europa (Báltico); e a Rota Marítima, projetada para ir da costa da China para a Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico em uma rota, e da costa da China através

do Mar do Sul da China para o Pacífico Sul na outra (PAUTASSO, 2016, p. 127).

Neste particular, o continente africano tem especial importância, por se tratar do outro extremo da Nova Rota da Seda Marítima, com destaque para as regiões do nordeste e do Chifre da África.

Apesar de termos pontuado, até aqui, diversas vantagens recíprocas nas relações mantidas entre a RPC e a África, no que ficou conhecido como cooperação econômica *win-win*¹¹, cabe ressaltar que estes benefícios mostram-se, em muitas ocasiões, assimétricos. Alves (2010) observa que as relações econômicas desenvolvidas até o momento não ocasionaram maior inserção do continente africano na economia global, mantendo alta dependência da exportação de petróleo e importação de bens industrializados. Pereira (2011) complementa, ao afirmar que os investimentos em infraestrutura mostram-se controversos, uma vez que vêm acompanhados de diversas exigências, como a utilização de mão-de-obra e materiais advindos da China, o que impossibilita a criação de oportunidades de emprego para os africanos.

Desta forma, encerramos o presente capítulo pontuando alguns aspectos de maior relevância. Três períodos distintos podem ser identificados no relacionamento sino-africano, sendo o primeiro fortemente marcado pelo aspecto político e ideológico. Após breve período de transição, no qual houve relativo afastamento, observamos gradativa perda de força da política frente às relações econômicas e comerciais. Atualmente, a China norteia sua busca por poder, segurança energética, diversificação de mercados para exportação, criação de empregos e abastecimento de recursos minerais pautada nestas relações, o que se pode comprovar com iniciativas como o FOCAC, iniciado em 2000, e o OBOR, em 2013. De maneira geral, a RPC pauta suas relações baseada em princípios como o da não intervenção em assuntos internos e o de benefícios mútuos, os quais, no entanto, nem sempre se mostram simétricos.

¹¹ Em tradução livre, significa “ganha-ganha”. Termo empregado em relações que envolvem benefícios mútuos, nas quais ambos os atores obtêm vantagens.

4 AS RELAÇÕES SINO-NIGERIANAS

Após realizarmos uma abordagem inicial do relacionamento chinês com o continente africano, de forma mais abrangente, passaremos a tratar neste capítulo da relação sino-nigeriana, objeto de estudo deste trabalho.

A República Federal da Nigéria se tornou independente em 1960 e, até o final do século XX, deu maior ênfase ao relacionamento político com países do Ocidente, notadamente com os EUA e países europeus. Maior estreitamento de relações com a China somente veio a ocorrer a partir de 1999, com o início do segundo período de governo de Olusegun Obasanjo (1937-). Observamos, portanto, clara distinção de dois períodos distintos de relacionamento entre os dois países: 1) de 1960 a 1999, no qual se observam relações pouco marcantes; e 2) de 1999 até os dias atuais, período em que a China apresenta vertiginoso crescimento econômico, intensificação das relações com a África e, particularmente, com a Nigéria.

Do exposto, dividiremos este capítulo em três seções. A primeira seção tratará de aspectos fundamentais acerca da Nigéria, indispensáveis para melhor compreensão das seções subsequentes. Na segunda seção abordaremos resumidamente as relações entre os dois países no período de 1960 a 1999, de forma a contextualizar, historicamente, os acontecimentos que serão discutidos na terceira seção, na qual nos aprofundaremos no relacionamento sino-nigeriano no século XXI.

4.1 A REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

A República Federal da Nigéria encontra-se localizada na África Subsaariana

Ocidental, tendo fronteiras terrestres com a República do Benim, Chade, Camarões e Níger. É o país mais populoso do continente, com cerca de 200 milhões de pessoas¹² (2019), sendo composto por mais de duzentos grupos étnicos (CARNEIRO, 2014). A FIG. 5 (ANEXO E) nos apresenta o mapa político do país (Nações Unidas, 2014), com suas fronteiras, localização no globo e divisão interna.

A economia nigeriana é altamente dependente do setor de petróleo e gás, cujas receitas são a principal fonte de divisas do país e representaram mais de 95% das exportações em 2014. O país apresenta-se como o maior produtor de petróleo da África, e o segundo em reservas provadas de petróleo, as quais localizam-se, principalmente, no Golfo da Guiné (*offshore*) e na região do Delta do Níger (*onshore*). Também é o primeiro colocado em termos de reservas de gás natural do continente (ALVES, 2019). Através das FIG. 6 (ANEXO F) e 7 (ANEXO G) podemos observar o mapa do Delta do Níger, e localizações dos campos de petróleo (incluindo os do Golfo da Guiné); e os principais blocos de exploração de petróleo e gás, respectivamente.

Outro setor que apresenta grande importância para a economia é o de extração mineral, sendo o país o segundo maior exportador de minério de ferro do continente. A extração de carvão mineral também ocupa lugar de destaque nas exportações (CARNEIRO, 2014).

Desta forma, é natural que as disponibilidades apresentadas pelo país, particularmente no que diz respeito a recursos energéticos e minerais, resultem em interesse e busca de outros Estados, para o desenvolvimento de relacionamentos bilaterais. É exatamente este o caso da China, conforme veremos a seguir.

¹² Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

4.2 AS RELAÇÕES SINO-NIGERIANAS (1960-1999)

Após sua independência, em 1960, o governo conservador nigeriano optou por buscar relações com o Ocidente, estabelecendo parceria com os EUA. A China comunista, conforme observamos no capítulo 3, vivenciava um período no qual sua política externa era marcada pela ideologia, na busca de aliados que pudessem combater a influência ocidental e o capitalismo e, neste sentido, não houve interesse de nenhuma das partes na busca por relações, como comprova a não inclusão da Nigéria na lista dos dez países africanos visitados pelo então *premier* chinês Zhou Enlai, no final de 1963 (RYSZYK, 2010).

Desde 1966, a Nigéria viveu períodos de intensas agitações políticas e sociais, que resultaram em golpes militares e algumas tentativas de regressar ao regime democrático. Tais movimentos eram motivados, principalmente, por reiterados problemas de corrupção, má gestão de recursos públicos, aumento da dívida externa e quedas no preço do petróleo. Neste primeiro período de relações, portanto, o país africano foi majoritariamente governado por meio de regimes militares ditatoriais (RYSZYK, 2010).

As relações diplomáticas formais entre a RPC e a Nigéria foram estabelecidas somente em 1971, ano em que a China assume assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, contando com o voto nigeriano. A primeira visita oficial de um Chefe de Estado nigeriano à China ocorreu em 1974, realizada pelo General Yakubu Gowon (1934-). Em âmbito interno, o General Gowon promoveu o *First National Development Plan*¹³, que buscou fortalecer a economia agrícola (base da economia nigeriana, até então) e o setor industrial (OLIVEIRA, 2014).

Também em 1971, a Nigéria ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que resultou em intensa transformação econômica no país, com os produtos

¹³ Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (tradução nossa).

agrícolas sendo substituídos pelo hidrocarboneto como principal produto de exportação, centro da economia e maior fonte das receitas do governo (ALVES, 2019).

O General Olusegun Obasanjo assumiu a presidência do país em 1976, sob regime militar ditatorial, apresentando preocupação com a crescente defasagem da balança comercial entre seu país e a China, em grande parte devido ao aumento progressivo da entrada de produtos manufaturados chineses em território nigeriano. Destarte, foram realizados intensos estudos conjuntos nos anos de 1978 e 1979, resultando no anúncio de que o país asiático forneceria um pacote de ajuda ao país africano, que incluía o envio de especialistas em agricultura para desenvolvimento de um novo modelo de produção. Tal pacote, porém, se mostrou limitado, não alterando significativamente o desequilíbrio inicialmente observado (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Os problemas econômicos pelos quais passava o país, desde 1966, o afundaram em grave crise ao longo de toda a década de 1990. Neste particular, o General Sani Abacha (1943-1998), sucessor de Obasanjo, se viu impelido a buscar fontes alternativas de ajuda econômica, uma vez que o Ocidente apresentava diversas imposições para o envio de aportes financeiros. Tal período coincide com o rápido crescimento chinês, seu fim da autossuficiência em petróleo (1993) e início de importação em larga escala, o que marcou a expansão das relações sino-africanas e, conseqüentemente, sino-nigerianas (RYSZYK, 2010).

Desta forma, ocorre renovada aproximação entre os dois países, que resulta no estabelecimento da Câmara de Comércio Sino-Nigeriana, em 1994, e o conseqüente crescimento nas relações comerciais bilaterais. No ano seguinte, a empresa *China Civil Engineering Construction Corporation*¹⁴ (CCECC) foi selecionada, por meio de um contrato, e iniciou obras para reconstrução do sistema ferroviário da Nigéria, no valor de US\$ 529 milhões. Em 1997, o *premier* chinês Li Peng (1928-2019) visitou o país africano e assinou

¹⁴ Corporação de Construções de Engenharia Civil da China (tradução nossa).

diversos acordos de cooperação, relacionados às áreas de geração de energia, usinas de aço e exploração de petróleo. A grande maioria destes, porém, não prosperou, e as relações sino-nigerianas permaneceram estagnadas até 1999, ano em que Olusegun Obasanjo retorna à presidência da Nigéria (ALVES, 2019).

Do exposto, observamos que o período de 1960 a 1999 foi marcado por relações tímidas entre os dois países, ocasionadas, por um lado, em grande parte pela crescente necessidade chinesa relacionada ao petróleo e, por outro, pela busca nigeriana de novos parceiros, a fim de solucionar seus intensos problemas econômicos. Com a virada do século, este relacionamento bilateral será intensificado, conforme veremos na seção abaixo.

4.3 O RELACIONAMENTO SINO-NIGERIANO NO SÉCULO XXI

Em 1999, a Nigéria regressou ao regime democrático, após períodos alternados de democracia e ditadura militar. Obasanjo retornou ao poder, desta vez como presidente eleito e, fruto do que observara acerca do crescimento econômico chinês e da infraestrutura que havia conhecido naquele país durante visitas anteriores, buscou maior aproximação. A China, por sua vez, iniciava sua reorientação para a África, por meio da criação do FOCAC, em 2000, para o qual o país africano enviou representantes (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2012), em 2001 os dois países assinaram um Protocolo que resultou na criação de duas repartições destinadas a promover o comércio e laços de investimento entre eles: o Escritório de Comércio da Nigéria, em Xangai; e o Centro Chinês de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio, em Lagos. Rysdyk (2010) complementa, ao citar que em 2002 o país asiático realizou grande investimento em infraestrutura em solo nigeriano, ao possibilitar que as duas maiores empresas chinesas do setor

de telecomunicações (ZTE e Huawei) iniciassem fornecimento de equipamentos e desenvolvimento de projetos de implantação de rede para serviços fixo e sem fio.

O período de maior prosperidade nesta relação ocorreu entre 2003 e 2007, com a reeleição de Obasanjo. Em 2005, houve financiamento por parte do Banco da China para a construção de três usinas de energia localizadas nos estados nigerianos de Ogun, Ondo e Kogi. Em 2006, os dois países assinaram um Memorando de Entendimento e um Acordo de Parceria Estratégica, fatos até então inéditos para um país africano em relação à China, além da fundação do Fórum de Investimento China-Nigéria, que garantiu à RPC diversas concessões de blocos de petróleo, tendo como contrapartida o investimento chinês em infraestrutura, o que aumentou o número de projetos chineses em solo nigeriano (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Entre 2001 e 2007, empresas e construtoras chinesas obtiveram diversas licenças, por meio de licitações, para desenvolvimento de projetos na Nigéria, com destaque para as áreas da construção civil, telecomunicações, energia e transporte. Tal política, adotada por Obasanjo durante seu governo, ficou conhecida por “*oil for infrastructure*”, uma vez que os diversos acordos assinados entre os dois países previam a autorização para exploração do petróleo nigeriano, em troca do compromisso de investimentos em infraestrutura no país africano. Na década de 1990, ocorria um fluxo bilateral de investimentos entre os dois países, em que pese envolverem quantias modestas; no entanto, com o passar dos anos, os valores utilizados pela China foram tão substanciais que este fluxo se tornou praticamente unilateral (RYSZYK, 2010).

Observamos, portanto, que o início deste segundo período de interação entre os países apresentou-se bastante movimentado, com relações mais próximas e acentuadas. A TAB. 1 abaixo apresenta uma compilação de documentos firmados entre os dois países, de 1999 a 2006:

TIPO DE ACORDO/COOPERAÇÃO	ANO
Acordo em Comércio, Promoção e Proteção de Investimentos Diretos.	2001
Acordo para a proibição da Dupla Tributação e Prevenção da Evasão Fiscal em impostos e renda.	2002
Acordo em Negócios Consulares.	2002
Acordo para cooperação no reforço do controle do tráfico de drogas, substâncias psicotrópicas e de precursores químicos.	2002
Acordo de Cooperação no Turismo.	2005
Acordo de Parceria Estratégica.	2006
<i>Memorandum</i> para entender a Cooperação e Investimento entre o Ministério Federal do Comércio da Nigéria e o Ministério do Comércio da China.	2006
Acordo de Cooperação Econômica entre Nigéria e a <i>Guangdong Xinguang International Group of China</i> ¹⁵ .	2006

Tabela 1 – Acordos e Cooperações entre China e Nigéria nos anos 1999-2006.
Fonte: CARNEIRO, 2014, p. 11.

Com o término do mandato de Obasanjo em 2007, a política nigeriana em relação à China sofreu mudanças. O presidente eleito, Umaru Musa Yar'Adua (1951-2010), decidiu buscar outros benefícios nas negociações que envolvessem o petróleo de seu país, notadamente dinheiro, na estratégia que ficou conhecida por “*oil for cash*”. Desta forma, diversos contratos anteriormente assinados foram revisados, suspensos ou cancelados. Tal mudança tinha por finalidade dar maior autonomia à Nigéria na escolha dos investimentos realizados em seu território, uma vez que, no “*oil for infrastructure*”, a China geralmente buscava adequar a infraestrutura ali desenvolvida aos seus interesses (OLIVEIRA, 2012).

No entanto, Yar'Adua faleceu em 2010, e seu substituto, Goodluck Jonathan (1957-), intencionando desenvolver o setor petrolífero, buscou novamente aliados para construir novas refinarias no país. Neste particular, os dois países firmaram renovada parceria estratégica, baseada na cooperação econômica *win-win* em diversas áreas, dentre as quais

¹⁵ A *Guangdong Xinguang International Group of China* é uma empresa estatal chinesa, que desenvolve projetos na área de construção civil (CARNEIRO, 2014).

infraestrutura e petróleo. De forma indireta, houve retorno à política “*oil for infrastructure*”. Em 2015, o sucessor de Jonathan, Muhammadu Buhari (1942-), reafirmou a intenção nigeriana em dar prosseguimento ao relacionamento bilateral, pautado por investimentos chineses para desenvolvimento de seu país (ALVES, 2019). A FIG. 8 (ANEXO H) apresenta o número de projetos e firmas chinesas em solo africano em 2017, na qual podemos observar o destaque da Nigéria frente aos demais países.

Apesar da enorme importância do “*oil for infrastructure*” nas relações comerciais sino-nigerianas, conforme observamos nos dados apresentados acima, há outros fatores dignos de destaque. Entre 2003 e 2009, a economia do setor não petrolífero nigeriano cresceu, em média, 9%. As importações e exportações também cresceram, uma vez que Pequim se utilizou da estratégia de trabalhar com preços mais acessíveis do que aqueles comercializados por seus concorrentes norte-americanos e europeus para atrair o mercado do país africano, que possui a maior população do continente. Destarte, a participação chinesa no mercado nigeriano vem aumentando, em detrimento dos antigos parceiros comerciais (OLIVEIRA, 2012).

Neste particular, faz-se mister citarmos que esta relação, no entanto, não é simétrica. Das importações realizadas pelo país asiático, em 2009, o petróleo representou cerca de 79%; o gás natural, outro recurso energético, foi responsável por aproximadamente 13%, e os 8% restantes englobam uma diversidade de itens, dentre os quais observam-se também recursos naturais. O GRÁF. 3 (ANEXO I) nos apresenta o percentual e respectivos valores de importações de produtos nigerianos pela China, naquele ano, onde é notório que as importações chinesas são compostas, em sua quase totalidade, por recursos naturais/matérias primas. Em contrapartida, as exportações chinesas para Abuja são bem diversificadas, com grande peso de produtos manufaturados (RYSZYK, 2010).

O GRÁF. 4 (ANEXO J) contém um comparativo do total de faturamento de produtos chineses exportados para a Nigéria, de 2002 a 2012, com os valores relativos aos manufaturados.

Ainda sobre o tema, Alves (2019) comenta:

Em geral, a Nigéria exporta pouco para a China, que não está entre os principais destinos do que é produzido pelo país, o que gera um saldo comercial negativo para a Nigéria. A RPC absorve apenas 3,2% do que é exportado pela Nigéria (basicamente gás de petróleo, petróleo bruto e madeira). Por outro lado, a China é origem de 28% das importações nigerianas. Em 2017, importações de maquinário e equipamentos de transporte totalizaram US\$ 3,3 bilhões; seguido de produtos têxteis, metais, produtos químicos e outros produtos manufaturados. O padrão inicial identificado no comércio sino-nigeriano é que a China exportava itens manufaturados e industriais para a Nigéria e importava dele (*sic*) produtos agrícolas e minerais não processados, padrão este que se repete em outros países do continente africano. Com o passar do tempo, a China acrescentou a *expertise* mecânica e humana e capital de investimento à lista de itens exportados para a Nigéria. Como tendência que se seguiu à essa relação, a China obteve uma vantagem líquida industrial e de desenvolvimento sobre a Nigéria desde o início e o desequilíbrio na balança comercial permaneceu (ALVES, 2019, p. 108).

O GRÁF. 5 (ANEXO K) apresenta a balança comercial Nigéria-China, entre os anos de 2000 e 2017, no qual pode-se observar a grande assimetria de valores totais.

Desta forma, ao encerrarmos este capítulo, julgamos relevante destacarmos alguns aspectos. Se, por um lado, os investimentos chineses em infraestrutura são, de certa forma, benéficos para a Nigéria, fica evidente que a grande maioria destes é voltada, em alguma medida, para os setores de energia (petróleo e gás natural) e transportes (estradas, ferrovias e portos), que atendem às necessidades de escoamento das *commodities* para posterior exportação. Além disso, as cada vez maiores relações de investimentos e comerciais invariavelmente resultam em migrações de trabalhadores e comerciantes privados chineses para o país africano. Por fim, o grande fluxo de entrada de produtos chineses manufaturados no comércio local nigeriano, a preços baixos, apresenta por vezes uma concorrência que não pode ser acompanhada pelos produtores e comerciantes locais. Tais aspectos de assimetria nas relações sino-nigerianas serão aprofundados no próximo capítulo.

5 CHINA, NIGÉRIA E A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Até o presente momento, construímos este trabalho fundamentado em três capítulos distintos, além da introdução. O capítulo dois destinou-se a expor a Teoria da Interdependência Complexa, que veio a apresentar uma nova proposta de abordagem das Relações Internacionais na década de 1970, em contraposição à Escola Realista, até então dominante. O capítulo três abordou o crescimento econômico chinês a partir da década de 1950 e os períodos distintos e respectivas mudanças de suas relações com o continente africano. Por fim, o capítulo quatro enfatizou o histórico recente das relações sino-nigerianas, com destaque para o século atual. No capítulo que se inicia, traçaremos paralelos entre a Interdependência Complexa e as relações políticas e econômicas daqueles dois países, buscando apresentar aspectos que corroborem a aderência entre a teoria em tela e a realidade por eles vivenciada.

Desta forma, dividiremos este capítulo em quatro seções. A primeira seção será destinada a apresentar as mudanças de postura da RPC desde a década de 1950 até os dias atuais, correlacionando-as com as transformações pelas quais passaram as Relações Internacionais e com o surgimento da Teoria da Interdependência Complexa. Na segunda seção, nos aprofundaremos nas relações entre a China e a Nigéria, buscando pontuar aspectos que apresentem similaridades com os três pressupostos básicos da teoria em tela. A terceira seção abordará as relações sino-nigerianas sob o prisma da vulnerabilidade e da sensibilidade, fontes não-militares de poder. Finalmente, a quarta seção apresentará as mudanças de regimes políticos que ocorreram no transcurso das relações entre os dois países.

5.1 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

O término da Revolução Chinesa, em 1949, acarretou a divisão do país em dois atores internacionais distintos. Enquanto a RC, sob regime democrático, permaneceu com o reconhecimento internacional e representação oficial perante a ONU, a RPC, sob regime comunista, pautou a condução de sua política externa com enfoque ideológico. Neste sentido, e no contexto da Guerra Fria (1947-1989), a RPC buscou aliados para fazer frente à influência ocidental e ao capitalismo.

A Nigéria, por sua vez, tornou-se independente em 1960 e, inicialmente, buscou relações com o Ocidente, notadamente com os EUA. Assim, os dois países encontravam-se em direções distintas, alinhando seus comportamentos aos pressupostos teóricos do Realismo (o Estado como principal ator da política internacional, predomínio da “*high politics*” na agenda e uso da força como instrumento efetivo – a participação da China na Guerra da Coreia (1950-1953) é um bom exemplo deste comportamento).

Este período também foi marcado pelo processo de descolonização na África. A China, em sua busca por aliados e influência política, prestou destacado apoio ao continente, o que resultou em crescente reconhecimento de legitimidade internacional pelos países africanos, frente à Taiwan. Os frutos destas ações foram colhidos em 1971, quando a RPC passa a ocupar o assento das Nações Unidas até então pertencente à RC, com destacado apoio africano. As relações diplomáticas formais entre Pequim e Abuja foram estabelecidas naquele ano.

O reconhecimento internacional perante a ONU, aliado ao falecimento de Mao Zedong, em 1976, fizeram com que a China adotasse profunda reforma estrutural interna, com afastamento das considerações ideológicas, despolitização da diplomacia e maior investimento na economia. Tais acontecimentos, todos ocorridos na década de 1970, coincidiram com o período de surgimento da Teoria da Interdependência Complexa.

Observamos, portanto, que a RPC passou por transformações significativas neste período. A partir de sua reforma estrutural, foi dado cada vez mais ênfase às relações econômicas e comerciais, o que pode ser exemplificado com os “Quatro Princípios da Cooperação Técnica e Econômica Sino-Africana”, de 1982. Assim, sua postura no cenário internacional, até então alinhada à escola Realista, passou a orientar-se de acordo com os pressupostos contidos na Interdependência Complexa, com papel destacado de protagonistas internacionais atuando através das fronteiras dos Estados, a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais como instrumentos dominantes frente ao uso da força, e a ausência de hierarquia nos assuntos da agenda internacional. De modo a melhor compreendermos a transformação chinesa, passaremos a discorrer sobre estes três pressupostos abaixo.

5.2 OS TRÊS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA INTERDEPENDÊNCIA

Conforme abordado no capítulo dois, Keohane e Nye (1989) pontuam os seguintes pressupostos básicos para a Interdependência Complexa: 1) existência de diversos atores (canais múltiplos) conectando as sociedades; 2) ausência de hierarquia entre assuntos na agenda internacional; e 3) diminuição da eficácia do uso da força. Neste sentido, apresentaremos abaixo o comportamento adotado pela RPC a partir de sua reforma estrutural, que converge com os ideais contidos nestes pressupostos.

Na década de 1990, a China deixou de ser autossuficiente na produção de petróleo, e sua necessidade de segurança energética para dar prosseguimento ao seu projeto de expansão econômica fez com que houvesse uma busca por relações que lhe garantissem o fornecimento de recursos naturais. Neste sentido, apresentava-se a África como um continente rico neste quesito.

Desta forma, a materialização do estreitamento destas novas relações ocorreu em 2000, com a criação do FOCAC. A partir deste ponto, as relações sino-nigerianas ganharam destacado impulso, com ênfase nas relações comerciais e econômicas. Em 2001, por meio da criação do Escritório de Comércio da Nigéria, em Xangai, e do Centro Chinês de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio, em Lagos; em 2002, por meio do investimento chinês no setor de telecomunicações em solo nigeriano; em 2005, através de financiamento do Banco da China para construção de usinas de energia no país africano; e em 2006, com a fundação do Fórum de Investimento China-Nigéria. Resumidamente, estes primeiros anos de parceria resultaram em interações diversas, com destaque para os setores de construção civil, tecnologia, energia e transportes.

Este relacionamento, porém, não se resume aos setores acima citados. Conforme apresentado no ANEXO H, em 2017 a China possuía quatrocentos e quatro projetos, e duzentas e quarenta firmas atuando em solo nigeriano, abordando grande variedade de atividades. De acordo com Gbedemah (2017, p. 33), as “áreas de cooperação expandiram-se da agricultura, mineração e indústria da construção para processamento intensivo de produtos e de recursos, de fabricação industrial, de finanças, de logística comercial e de imóveis”. Por fim, é relevante destacar o número cada vez maior de nacionais chineses vivendo no país africano, como comerciantes ou trabalhadores das obras realizadas pelas empresas chinesas, os quais mantêm relações ativas com seu país de origem.

Estas informações reafirmam a mudança de postura chinesa, ao passar a adotar canais múltiplos conectando as duas sociedades, em detrimento da importância singular dada anteriormente ao Estado. Há, claramente, uma diluição da diferenciação entre os níveis doméstico e internacional, com temas e assuntos que se mesclam nestes níveis.

Ao passarmos a tratar sobre a ausência de hierarquia entre os assuntos da agenda internacional, é relevante reafirmarmos um dos principais objetivos do FOCAC, que busca o

aprofundamento da cooperação nas relações sino-africanas por meio da realização de outros fóruns ligados a temas diversos. Na cerimônia de encerramento do FOCAC, em 12 de outubro de 2000, o *premier* chinês Zhu Rongji (1928-) citou:

[...] Expandir a cooperação em vários campos. Devem ser feitos esforços para aumentar e melhorar constantemente a cooperação entre a China e os países africanos na agricultura, transporte, cuidados médicos e saúde pública, exploração e exploração de recursos naturais, bancos, tecnologia da informação e outras áreas. Devemos, particularmente, aprofundar nossa cooperação no desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia, educação e outras áreas. A China vai criar uma Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos na África, especificamente com o propósito de formar profissionais para os países africanos. Além disso, devemos intensificar nossa cooperação e consultas em organizações multilaterais e regionais, a fim de salvaguardar os interesses de ambas as partes (RONGJI, 2000, tradução nossa)¹⁶.

Este pronunciamento confirmou o raciocínio de que Pequim se afastava, efetivamente, do ideário político como ponto de destaque em sua agenda, adotando uma gama ampla e diversificada de temas a serem trabalhados, de forma concomitante. Pode-se dizer que a “*high politics*” cedeu lugar à “*low politics*” na condução dos temas internacionais sínicos. Tratando do relacionamento sino-nigeriano, a TAB. 1 apresentada no capítulo 4 nos reafirma a variedade de temas conduzidos pelos dois países.

Do exposto, percebemos que as questões de segurança internacional e do uso militar da força, temas predominantes nas agendas internacionais da escola Realista e que acompanharam a política externa chinesa até 1971, foram substituídos pelo pressuposto da Interdependência Complexa, com ausência de hierarquia entre assuntos na agenda.

Como último pressuposto teórico, observamos a utilização da manipulação econômica, em substituição ao uso da força, para obtenção e manutenção de poder. Neste

¹⁶ [...] *Expand the cooperation in various fields. Efforts should be made to constantly increase and improve the cooperation between China and Africa countries in agriculture, transportation, medical care and public health, the exploration and exploitation of natural resources, banking, information technology and other areas. We should particularly deepen our cooperation in the development of human resources, science and technology, education and other areas. China will set up a Foundation for Human Resources Development in Africa, specifically for the purpose of training professionals for African countries. In addition, we should enhance our cooperation and consultations in multilateral and regional organizations in order to safeguard the interests of both sides* (RONGJI, 2000).

cenário, Pequim adotou notável estratégia para inserir-se no mercado consumidor nigeriano, o maior do continente africano. Inicialmente, obtendo vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes norte-americanos e europeus, ao trabalhar com preços mais acessíveis; posteriormente, ao conquistar o mercado, tratou de garantir uma balança comercial que lhe fosse favorável, ao concentrar suas importações em produtos agrícolas, recursos naturais e matérias primas, ao mesmo tempo em que exportava, prioritariamente, itens manufaturados e industriais.

Aqui, cabe ressaltar que o percentual de exportações totais da Nigéria, em relação à China, é pequeno se comparado ao total de exportações chinesas para o país africano. Somente 3,2% do que é produzido em solo nigeriano chega ao país asiático, contra aproximadamente 28% perfazendo o caminho inverso, dados que confirmam a grande assimetria presente na balança comercial dos dois países.

Além das vantagens comerciais obtidas através da balança comercial, é de suma importância abordarmos a questão de investimentos em infraestrutura e empréstimos. Conforme observado no capítulo quatro, grande parte das obras realizadas pela RPC no país africano visam atender, de alguma forma, interesses chineses, em decisões parciais e estratégicas. Em relação aos empréstimos, Pereira (2011) observa que a China se vale de atrativos de curto prazo, como juros baixos e, eventualmente, até mesmo perdão de dívidas, para a concessão de quantias generosas.

Neste particular, a grande preocupação está no longo prazo pois, de acordo com Alves (2019), ocasionalmente Abuja não terá condições de arcar com as dívidas adquiridas e, desta forma, lhes restará transferir ativos estratégicos (caso das concessões para exploração de petróleo) e até mesmo comprometer sua soberania, em narrativa que ficou conhecida como “armadilha da dívida”, ou “empréstimo predatório”. Conforme pontuam Raji e Ogunrinu (2018), “a tendência precária da dívida chinesa pela Nigéria, se não for verificada rapidamente,

fará com que a China condicione a direção econômica de exportação e importação da Nigéria em seu favor” (RAJI; OGUNRINU, 2018, p. 133).

Assim, Pequim demonstrou estar alinhada aos ideais da Interdependência Complexa, ao buscar relações “*win-win*” que corroborassem os “Quatro Princípios”, utilizando-se de seu *soft power* para obter vantagens e poder em relações assimétricas, ainda que benéficas para todos. Observamos, portanto, que a RPC invariavelmente possui vantagens competitivas nas mesas de negociação, exercendo poder por meio de sua maior capacidade financeira e, desta forma, ditando o rumo das relações nas celebrações de acordos, conforme veremos na próxima seção deste capítulo, que abordará as fontes não-militares de poder: sensibilidade e vulnerabilidade.

5.3 ASSIMETRIAS, SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE

Consoante ao abordado no capítulo dois, em um cenário de Interdependência Complexa, a fonte de poder dos Estados surge, basicamente, a partir das assimetrias observadas em suas relações. O uso da força não deixa de ser considerado neste processo, porém sua eficácia mostra-se incerta e seus custos podem ser extremamente elevados. Desta forma, passaremos a focar nos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, e de que forma eles se encaixam nas relações sino-nigerianas neste século.

Iniciaremos, portanto, esta seção com a seguinte citação:

Apesar da relação funcional entre a Nigéria e a China, os benefícios da interação socioeconômica entre os dois países foram submetidos a diversas opiniões de acadêmicos e analistas, nas quais os investimentos chineses na Nigéria atraíram ressentimentos e críticas. Preocupações têm sido levantadas especificamente sobre o impacto dos investimentos chineses na segurança econômica da Nigéria, que é substancialmente caracterizada pela entrada de produtos industriais chineses inferiores no país, falta de transferência de tecnologia da China para a Nigéria, redução das oportunidades para a

sobrevivência dos investimentos da Nigéria na China, restrições de visto e emprego aos nigerianos que buscam explorar oportunidades de negócios no país (RAJI; OGUNRINU, 2018, p. 130).

Acerca dos investimentos chineses, conforme comentado anteriormente, observa-se clara parcialidade nas decisões sónicas, ao decidir onde investir, buscando melhorias na infraestrutura necessária para o escoamento das *commodities*. De acordo com Raji e Ogunrinu (2018), o influxo chinês de Investimentos Diretos Externos (IDE) para a África é liderado pela Nigéria, sendo 80% deste montante destinado apenas ao setor petrolífero. Tratando de empréstimos, verifica-se que o país africano se afunda, gradualmente, em um abismo de dívidas, remetendo-nos à “armadilha da dívida” citada anteriormente, em clara vulnerabilidade nigeriana frente à economia chinesa.

Ainda tratando sobre investimentos em infraestrutura, Alves (2019) pontua que, ao contrário do que se espera, em muitas ocasiões a realização de obras não resulta em geração de empregos para a população nigeriana, pois há cláusulas nos acordos que impõem a contratação de até 70% de mão de obra chinesa, sob o pretexto de não haver trabalhadores especializados no país africano. Raji e Ogunrinu (2018) complementam, externando que, nas ocasiões em que é utilizada força de trabalho nigeriana, as condições de emprego geralmente estão em desacordo com as Leis Trabalhistas da Nigéria, ou mesmo com a Organização Internacional do Trabalho, submetendo os trabalhadores a condições desfavoráveis e oferecendo salários baixos.

Por fim, é apontado também que os investimentos em infraestrutura não resultam, necessariamente, em contribuições efetivas para o desenvolvimento do país africano, uma vez que não ocorre transferência de tecnologia. As empresas chinesas, na maioria das vezes, trazem produtos, equipamentos, materiais e técnicos de seu país de origem (RAJI; OGUNRINU, 2018).

A China é o país que mais exporta para a Nigéria, porém a recíproca não é verdadeira, conforme podemos observar no ANEXO K. Esta balança comercial representa grande assimetria de valores totais, com clara vantagem para o país asiático. Além disso,

conforme comenta Pereira (2011), o câmbio de matérias-primas nigerianas por manufaturados chineses de baixo valor e qualidade, dominantes nesta balança, resultam em trocas similares às aquelas observadas no período colonial, o que pode levar a economia de Abuja a depender quase que exclusivamente da exportação de matérias-primas. Neste cenário, se a Nigéria se mostra, uma vez mais, vulnerável às importações advindas da China, o gigante asiático é, quando muito, sensível às importações que realiza do país africano, por ter grande facilidade na busca por novos parceiros que atendam às suas necessidades.

Soma-se a este cenário o fato de que, com o passar do tempo, os investimentos chineses em solo nigeriano deixaram de ser exclusivos em infraestrutura, expandindo-se para indústrias manufatureiras locais e, conseqüentemente, grande número de comerciantes chineses migraram para o país. Altos custos de produção, custos indiretos e infraestrutura de produção defasada, aliados às duras condições de competitividade impostas pelas mercadorias chinesas, acaba por levar a indústria nigeriana ao colapso, dificultando o crescimento da economia e gerando altos índices de desemprego (RAJI; OGUNRINU, 2018).

A embaixada chinesa na Nigéria, por sua vez, dificulta os investimentos do país africano em solo asiático, concedendo a maioria dos vistos para cidadãos nigerianos que pretendem importar da China, e não desenvolver seus negócios no país. É de suma relevância ressaltar que a grande quantidade de empresas e trabalhadores chineses em solo nigeriano resulta na repatriação de grandes quantias para a China, ao invés de se reinvestir no país africano, o que agrava as assimetrias na balança comercial (RAJI; OGUNRINU, 2018).

Observamos, portanto, que a Nigéria apresenta clara vulnerabilidade em relação à China, uma vez que se mostra altamente dependente de suas relações com o gigante asiático, sendo complexo de reverter esta dependência a curto ou médio prazo. Pequim, por sua vez, apesar de enxergar em Abuja um bom parceiro, terá grande facilidade para buscar novos relacionamentos no atual cenário internacional, que possam assumir o papel que hoje a Nigéria

representa nesta relação bilateral. Desta forma, depreendemos que a RPC exerce poder nesta relação, por meio das assimetrias apresentadas, utilizando-se de seu *soft power*, maior poderio econômico e grande capacidade de barganha.

5.4 AS MUDANÇAS DE REGIMES POLÍTICOS

Ao iniciarmos esta seção, é interessante relembrarmos os conceitos que envolvem os regimes políticos internacionais. Neste sentido, podemos dizer que os regimes são ferramentas utilizadas pelos Estados e demais atores do Sistema Internacional, que possibilitam e facilitam a realização de acordos que resultem na obtenção de benefícios mútuos. A manutenção de tais regimes torna-se mais fácil a partir do momento em que os benefícios que se esperam deles são efetivamente concretizados, garantindo aos atores alguma previsibilidade de resultados. Por fim, é relevante ressaltar que os regimes não são, necessariamente, imutáveis, podendo haver mudanças parciais ou totais.

Neste contexto, ao relembrarmos as relações sino-nigerianas abordadas no capítulo 4, é possível identificar cinco regimes políticos distintos: 1) aquele ocorrido no período de 1960 até 1971; 2) o que compreendeu os anos de 1971 até 1993; 3) o regime presente de 1993 até 2007; 4) o que ocorreu de 2007 a 2010; e 5) aquele vigente de 2010 aos dias atuais.

O primeiro período, conforme já explicitado neste trabalho, foi marcado por um *zeitgeist*¹⁷ que não favoreceu a aproximação, e conseqüente relacionamento entre a China e a Nigéria, uma vez que o país africano buscou aproximação com o Ocidente e o país asiático pautava sua política externa na ideologia comunista.

¹⁷ Palavra alemã que é traduzida como “sinal dos tempos”. O termo refere-se ao conjunto do clima cultural e intelectual de certa época do mundo, assim como as características genéricas que pertencem a um determinado período. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/zeitgeist>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

O segundo período possui particular importância, uma vez que marcou o início das relações diplomáticas formais entre os dois países, em 1971. Foi adotado, então, um regime político que compreendeu, basicamente, a crescente entrada de produtos manufaturados chineses em solo nigeriano e, com isso, o início de uma defasagem na balança comercial. Apesar de tal defasagem ter resultado na realização de estudos, que buscaram solucionar a questão identificada, o regime político não se alterou, até 1993.

Com o fim da autossuficiência chinesa em petróleo, em 1993, e a grave crise econômica nigeriana ao longo da década de 1990, ocorre grande intensificação das relações entre os dois países. A partir daí, diversos acordos são assinados, e a política do “*oil for infrastructure*” é implementada, tornando-se o principal aspecto deste regime político.

O quarto período tem passagem breve no histórico de relações, em tentativa nigeriana de alterar o regime político baseado no “*oil for infrastructure*” pelo “*oil for cash*”. Tal intenção, porém, não se sustentou, uma vez que Abuja já estava fortemente dependente de Pequim em relação a projetos que possibilitassem o desenvolvimento de sua infraestrutura e, notadamente, do setor petrolífero, força motriz de sua economia. Assim, podemos comprovar que, ainda que haja interesses que apontem para a mudança do regime vigente, por vezes decide-se pela manutenção do atual, pois grandes alterações estruturais significam custos altos. Assim, este regime perdura somente de 2007 a 2010.

Finalmente, concluindo que a busca da alteração supracitada traria mais prejuízos do que benefícios, decide-se por manter o regime político pautado na política do “*oil for infrastructure*”, a partir de 2010, regime que perdura até os dias atuais.

Ao encerrarmos este capítulo, notamos que as relações sino-nigerianas no século XXI apresentam grandes assimetrias, em que pese haver benefícios mútuos. Estes ganhos relativos resultam em situações de vulnerabilidade e sensibilidade, alinhadas aos pressupostos teóricos da Interdependência Complexa.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito traçar um paralelo entre a Teoria da Interdependência Complexa, que versa sobre as interações que ocorrem entre atores diversos no Sistema Internacional, e o relacionamento sino-nigeriano no século XXI, com a finalidade precípua de examinar a efetiva aderência entre a teoria e a realidade.

De forma a organizar adequadamente o conteúdo do texto, dividimos o trabalho em quatro capítulos de desenvolvimento, além da introdução e da presente conclusão. O capítulo dois nos forneceu a base teórica necessária, com enfoque na Interdependência Complexa; no capítulo três, tratamos das relações ocorridas entre a RPC e o continente africano, destacadamente a partir da segunda metade do século XX e, posteriormente, o capítulo quatro nos direcionou para o relacionamento sino-nigeriano, no mesmo espaço temporal; por fim, o capítulo cinco examinou tais relações sob o enfoque dos pressupostos teóricos abordados anteriormente, buscando identificar similitudes que comprovassem aderência entre teoria e realidade.

Assim, foi possível visualizar as principais particularidades da Teoria Realista Clássica, de Hans J. Morgenthau, e da Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye, identificando eventuais semelhanças e, principalmente, suas particularidades, com o intuito de verificar suas aplicabilidades em situações específicas nas Relações Internacionais. Nos aprofundamos na Interdependência Complexa, apresentando seus pressupostos teóricos e destacando os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, fontes não-militares de poder que podem vir a gerar assimetrias entre os diversos atores do Sistema Internacional. Tratamos também dos regimes políticos, ferramentas utilizadas de forma a facilitar a obtenção de benefícios mútuos nos processos de negociação.

Posteriormente, foi possível notar acelerado crescimento econômico chinês a partir

do final do século XX e, conseqüentemente, sua mudança de postura no cenário internacional, com a busca de parceiros que apresentassem bons mercados consumidores e pudessem suprir suas necessidades energéticas. A África, neste sentido, se apresentou como um terreno promissor e atrativo aos interesses sínicos. Neste particular, foi possível pontuar indícios de que o país asiático busca, invariavelmente, obter vantagens nas relações bilaterais, utilizando-se de seu elevado poder de barganha.

Adotamos um olhar mais clínico e pontual, ao passar a tratar especificamente das relações sino-nigerianas, que confrontaram dois atores com destacada importância no cenário internacional. De um lado, o gigante asiático, em sua busca incessante pela segurança energética e seu espantoso crescimento econômico nos últimos anos; de outro lado, o país mais populoso, com a maior produção de petróleo e economia do continente africano. Tais características resultaram em rica diversidade de relações, onde destacamos aquela que ficou conhecida pelo nome “*oil for infrastructure*”, além de pontuarmos características marcantes observadas nas balanças comerciais entre os dois países, as quais frequentemente apresentam grandes assimetrias. Aqui, novamente, observamos com clareza a estratégia chinesa de moldar suas relações da forma que melhor que convenha, resultando em maiores ganhos relativos.

Na busca pela aderência entre teoria e realidade, nos dedicamos a alinhar os pressupostos teóricos anteriormente estudados com o padrão de relações sino-nigerianas apresentado posteriormente, com o intuito de identificar se tal relacionamento está, efetivamente, espelhado aos ideais da Teoria da Interdependência Complexa. Desta feita, identificamos que a Nigéria, usualmente, encontra-se vulnerável em relação à China, apresentando dependência a médio e/ou longo prazo. A RPC, por sua vez, depende muito pouco do país africano, podendo vir a apresentar eventual sensibilidade a curto prazo. Tais afirmações se mostram notáveis quando analisamos os números que permeiam este relacionamento, onde a China destaca-se com expressivos percentuais na balança comercial nigeriana, enquanto o

país africano é apenas mais um, dentre os diversos parceiros da RPC. Percebemos, ainda, que Pequim se esforça para manter o regime político atualmente vigente, uma vez que o *status quo* lhe é favorável, e que Abuja já identificou desvantagens nesta relação, tentando adotar ações que lhe beneficiassem, porém sua vulnerabilidade e falta de poder de barganha se apresentaram como grandes entraves.

Do exposto, ao concluirmos este trabalho, notamos que o relacionamento sino-nigeriano apresenta notável aderência aos pressupostos teóricos da Interdependência Complexa, onde a China busca ganhar poder por meio de seu *soft power* e de sua maior capacidade de barganha. Em que pese o fato de as relações entre os dois países serem caracterizadas como “*win-win*”, é possível identificar assimetrias diversas, resultando nas vulnerabilidades e sensibilidades supracitadas, fontes não-militares de poder da teoria em tela.

Em última análise, este trabalho tem o potencial de contribuir para a compreensão da estratégia de expansão da influência chinesa no Sistema Internacional como um todo e, notoriamente, para eventuais reflexos que possam ocorrer no Brasil, uma vez que a Nigéria se encontra em nosso entorno estratégico. Neste sentido, é válido e relevante aprofundar estudos acerca da presença chinesa na América do Sul, com óbvio enfoque nas relações sino-brasileiras, com o objetivo maior de adotar uma postura que diminua as probabilidades de ocorrência das assimetrias, vulnerabilidades e sensibilidades às quais a Nigéria hoje se encontra exposta.

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho realizou sua abordagem limitado por espaço temporal específico (da segunda metade do século XX aos dias atuais), com enfoque restrito às relações políticas, econômicas e comerciais entre os atores analisados. A adoção de parâmetros distintos dos que aqui foram utilizados pode vir a apresentar outros resultados, destacadamente em relação à correlação com outras escolas de teorias sobre as Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, André G. M. P. *Os interesses econômicos da China na África*. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 1, p. 25-31, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.
- ALVES, João R. C. S. *As novas configurações da diplomacia do petróleo sino-africana: os casos de Angola e Nigéria*. 2019. 142 f. Dissertação (Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39956>>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- BEDIN, Gilmar A. *et al. Paradigmas das relações internacionais*. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2004. 256 p.
- CANTO, Karen. *China investe pesado na Nova Rota da Seda*. ComCiência, [S. l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/a-nova-rota-da-seda-na-pandemia/>>. Acesso em: 05 mai. 2021.
- CARNEIRO, Caroline D. R. *Os impactos da expansão econômica chinesa e seus investimentos na República Federal da Nigéria*. Revista Relações Internacionais do Mundo Atual, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 6-19, 2014. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/975/670>>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- CEIC Data. *Nigeria*. [S. l.], 2021. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/country/nigeria>>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE. *China-Africa trade*. [S. l.], 2021. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>>. Acesso em: 12 mai. 2021.
- ESTRE, Felipe B. *Poder, interdependência e desigualdade*. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=19569@1>>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- FRANÇA, Júnia L. et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).
- GBEDEMAH, Stephen E. *China na África: evolução de uma cooperação de ganhos mútuos assimétricos*. 2017. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/19448>>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- KAVEEVIVITTHAI, Nithi. *China's road to growth in Africa*. Bangkok Post, [S. l.], 04 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.bangkokpost.com/business/1372023/chinas-road-to-growth-in-africa>>. Acesso em: 18 mai. 2021.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence*. 2. ed. Illinois: Scott Foresman & Co, 1989. 315 p.

LEHOVD, Teresa. *China's One Belt One Road initiative will impact the shipping industry*. Hoegh Autoliners, [S. l.], 27 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.hoeghautoliners.com/news-and-media/blogs/chinas-one-belt-one-road-initiative-could-have-greater-impact-on-shipping-than-brexit-and-possible-us-policy-changes>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LOOY, J. van de. *Africa and China: a strategic partnership?* *African Studies Centre Working Paper*; Leiden, n. 67, p. 28, 2006. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/12883>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

LOPES, Bárbara F.; NASCIMENTO, Daniele C.; VADELL, Javier A. *FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul sino-africana*. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 81-99, 2013. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/110>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MARIN, Cécile. *Bataille pour le pétrole au Nigeria*. *Le Monde Diplomatique*, [S. l.], fev. 1999. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquenigeriamdv51>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. 6. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093 p. (Clássicos IPRI).

MTHEMBU-SALTER, Gregory. *Elephants, ants and superpowers: Nigeria's relations with China*. SAIIA Occasional Paper, n. 42, 2009. Disponível em: <<https://www.africaportal.org/publications/elephants-ants-and-superpowers-nigerias-relations-with-china/>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009. 369 p. Título original: *Understanding international conflicts*.

OLIVEIRA, Guilherme Z. *Nigéria: história da política externa e das Relações Internacionais*. 2012. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71691>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

OURIQUES, Helton R. *As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica*. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 19-43, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/122>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na nova rota da seda marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 124-136, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

PEREIRA, Aniele S. *Relações China-África: a estratégia política e econômica da China no continente africano*. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3023/1/PDF%20-%20Aniele%20de%20Souza%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

RAJI, Shiitu A; OGUNRINU, Adenike. Investimento chinês e suas consequências para a segurança econômica nigeriana. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 129-150, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/87314/52375>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

RONGJI, Zhu. *Strengthen Solidarity, Enhance Cooperation and Pursue Common Development*. out. 2000. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/wjjh/t404118.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

RYSDYK, Janaína. *A política externa chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria*. 2010. 120 f. Dissertação (Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28769/000772912.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

ANEXO A

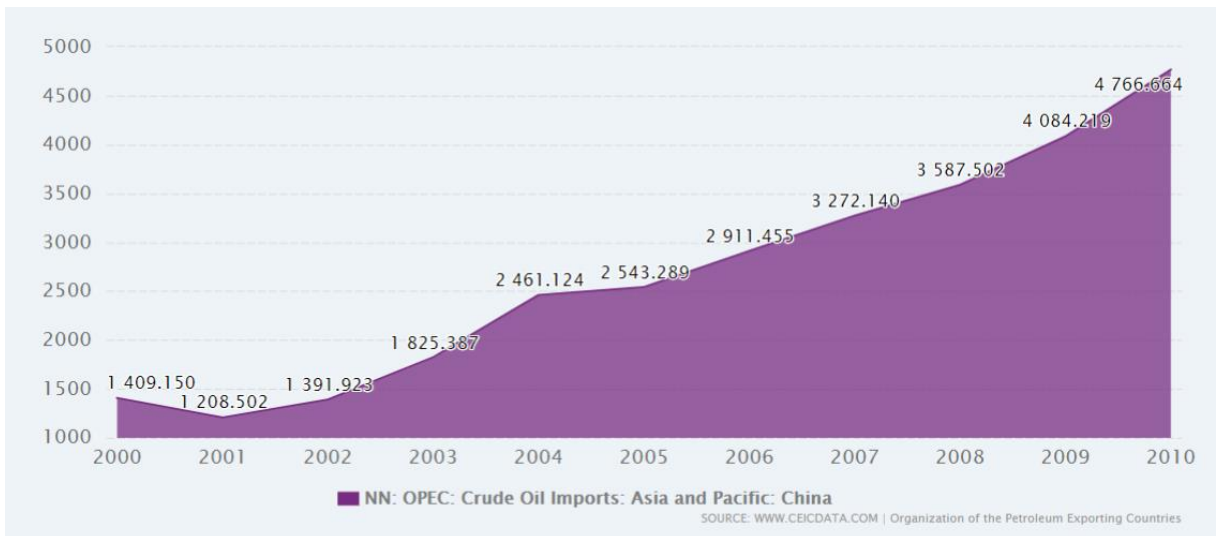


FIGURA 2 – Importações de petróleo realizadas pela China – Barris/Dia (2000-2010).
Fonte: CEIC DATA, 2021.

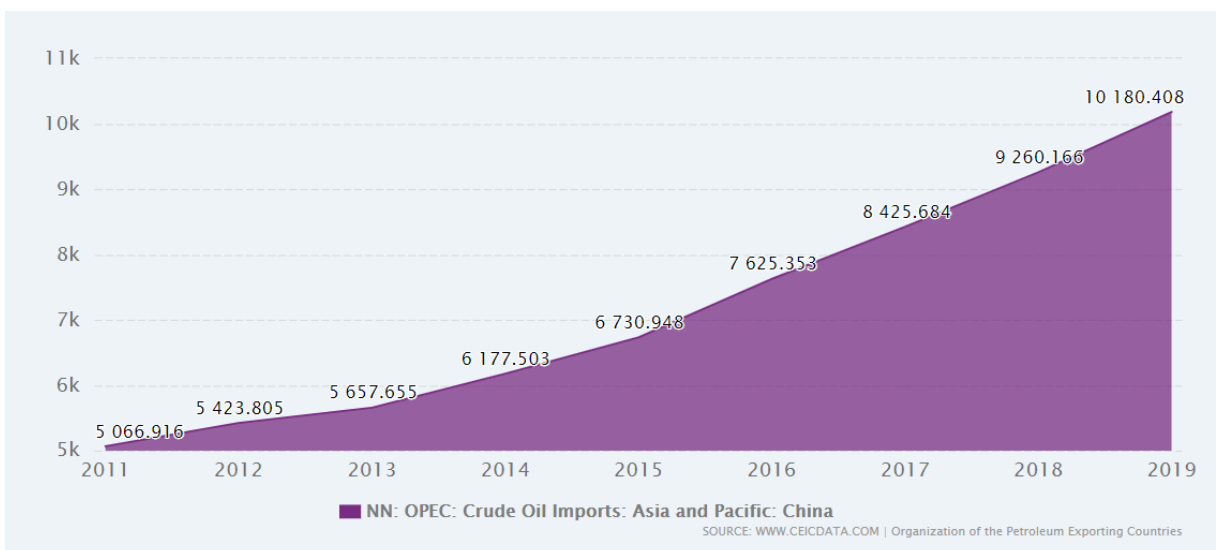


FIGURA 3 – Importações de petróleo realizadas pela China – Barris/Dia (2011-2019).
Fonte: CEIC DATA, 2021.

ANEXO B

China-Africa Trade

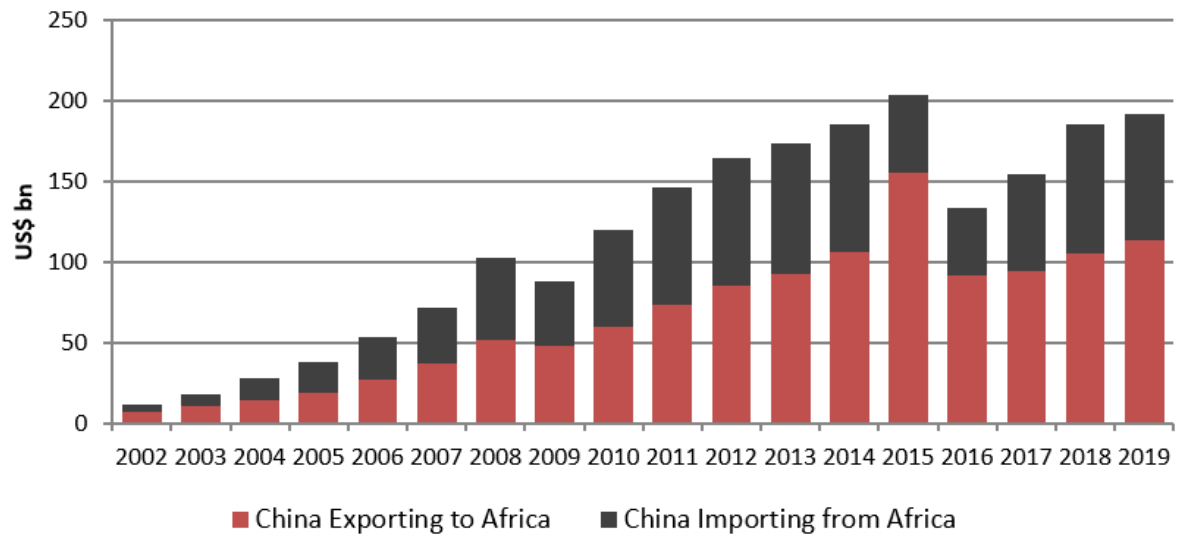


GRÁFICO 1 - Balança Comercial China-África (2002-2019).

Fonte: CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE, 2021.

ANEXO C

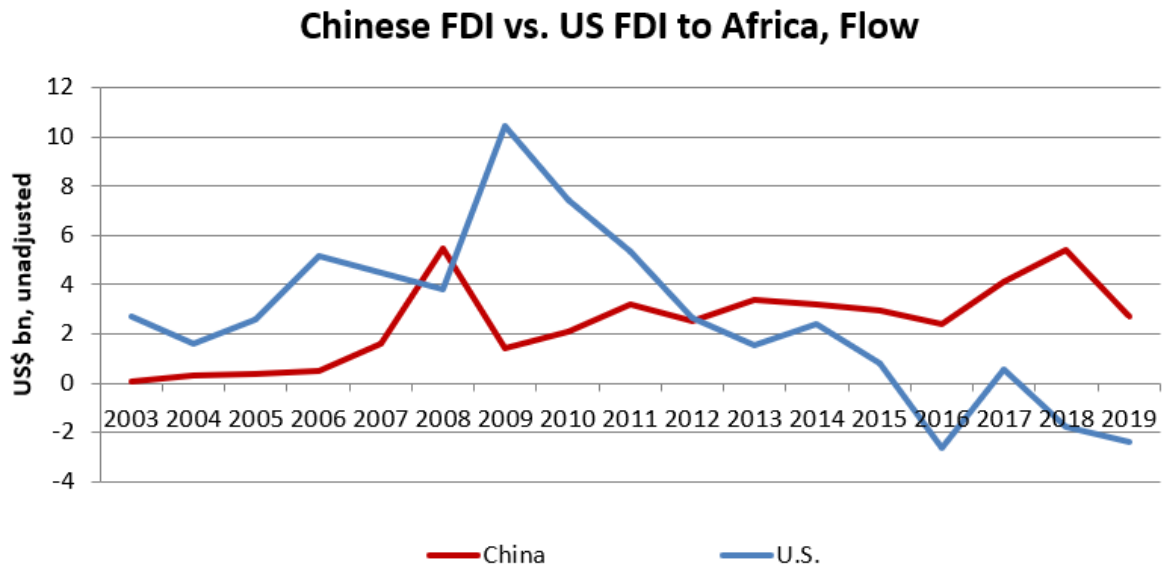


GRÁFICO 1 – Investimentos diretos da China e dos EUA na África (2003-2019).
Fonte: CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE, 2021.

ANEXO D

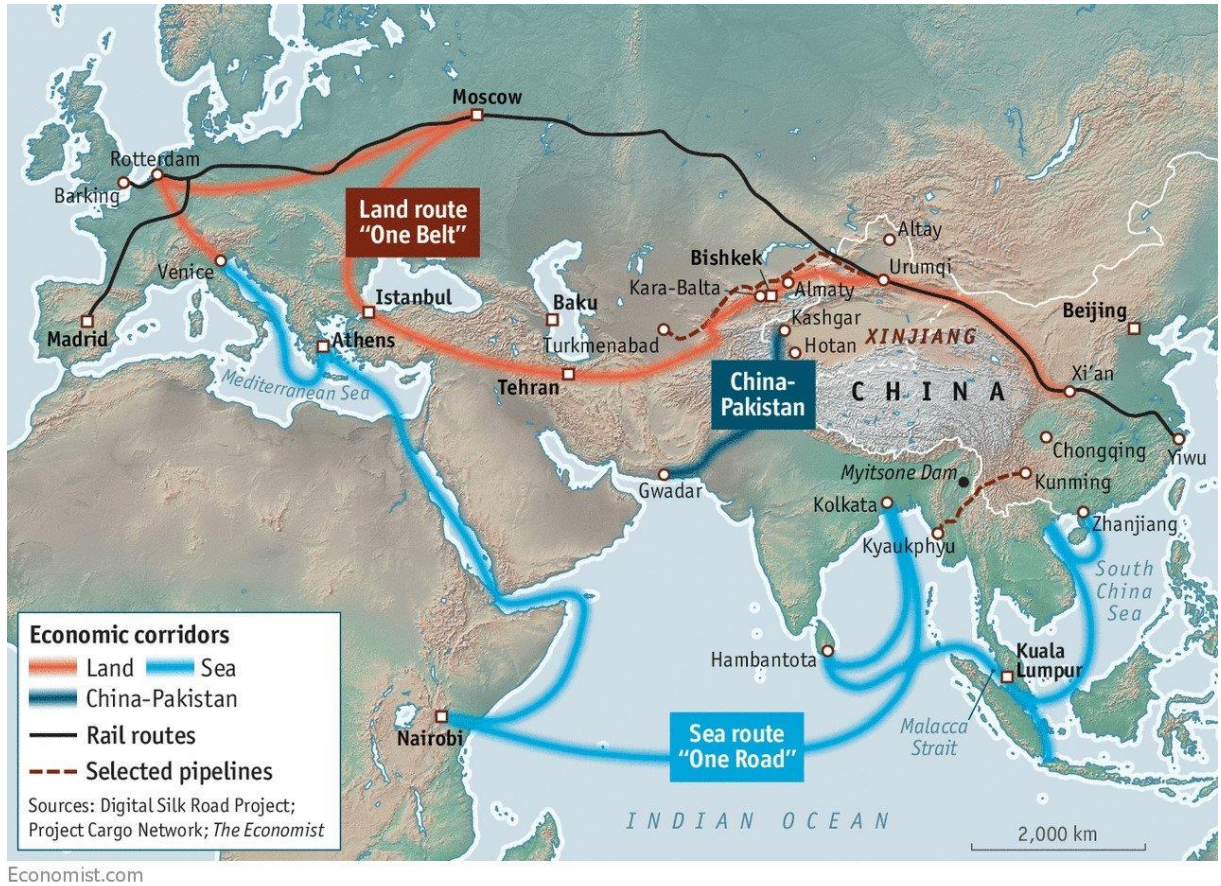


FIGURA 4 – A Nova Rota da Seda, ou *One Belt, One Road* (OBOR).

Fonte: LEHOVD, 2017.

ANEXO E

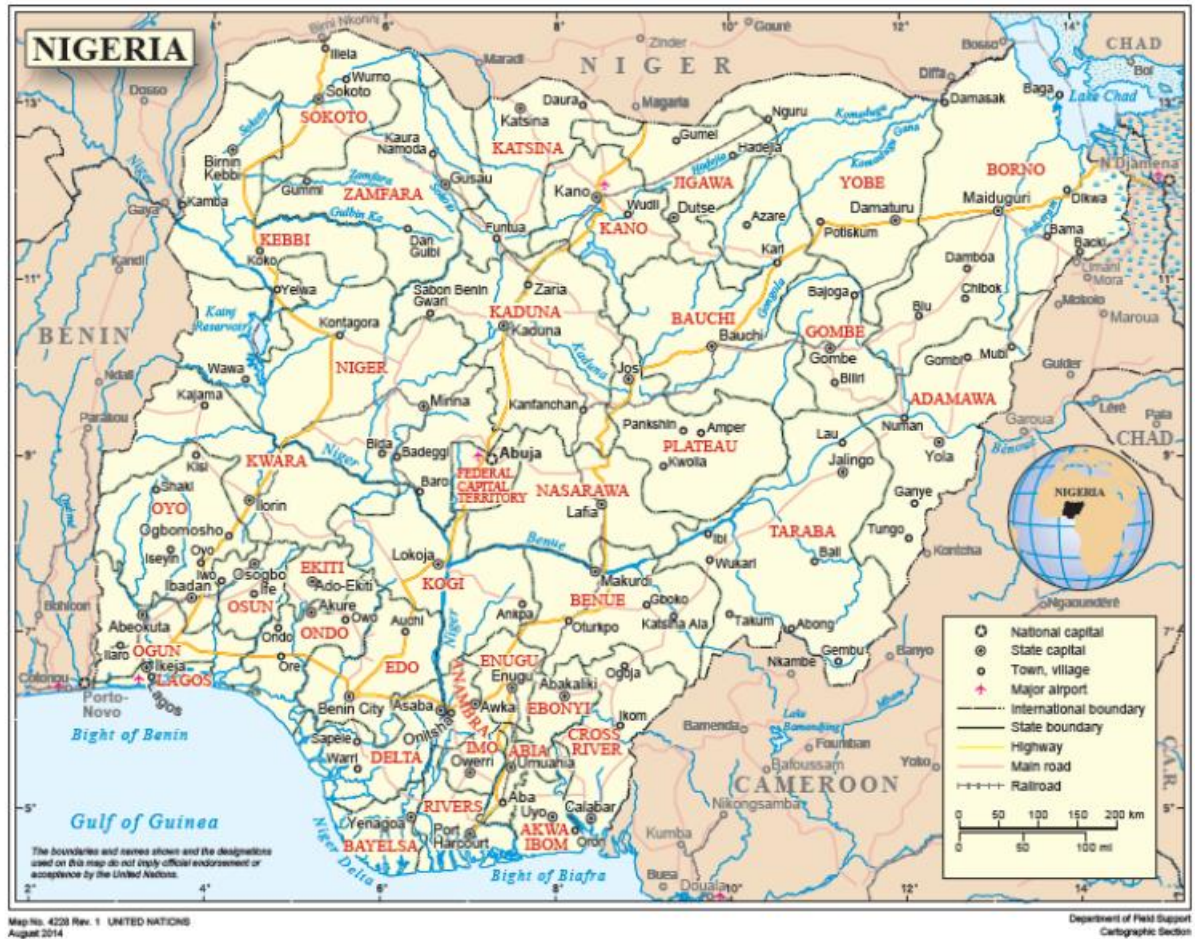


FIGURA 5 – Mapa político da Nigéria
Fonte: Nações Unidas, 2014.

ANEXO F



FIGURA 6 – Mapa do Delta do Níger e campos de petróleo (2012).
Fonte: ALVES, 2019, p. 140.

ANEXO G



FIGURA 7 – Principais blocos de exploração de petróleo e gás na Nigéria (2010).
 Fonte: MARIN, 1999.

ANEXO H

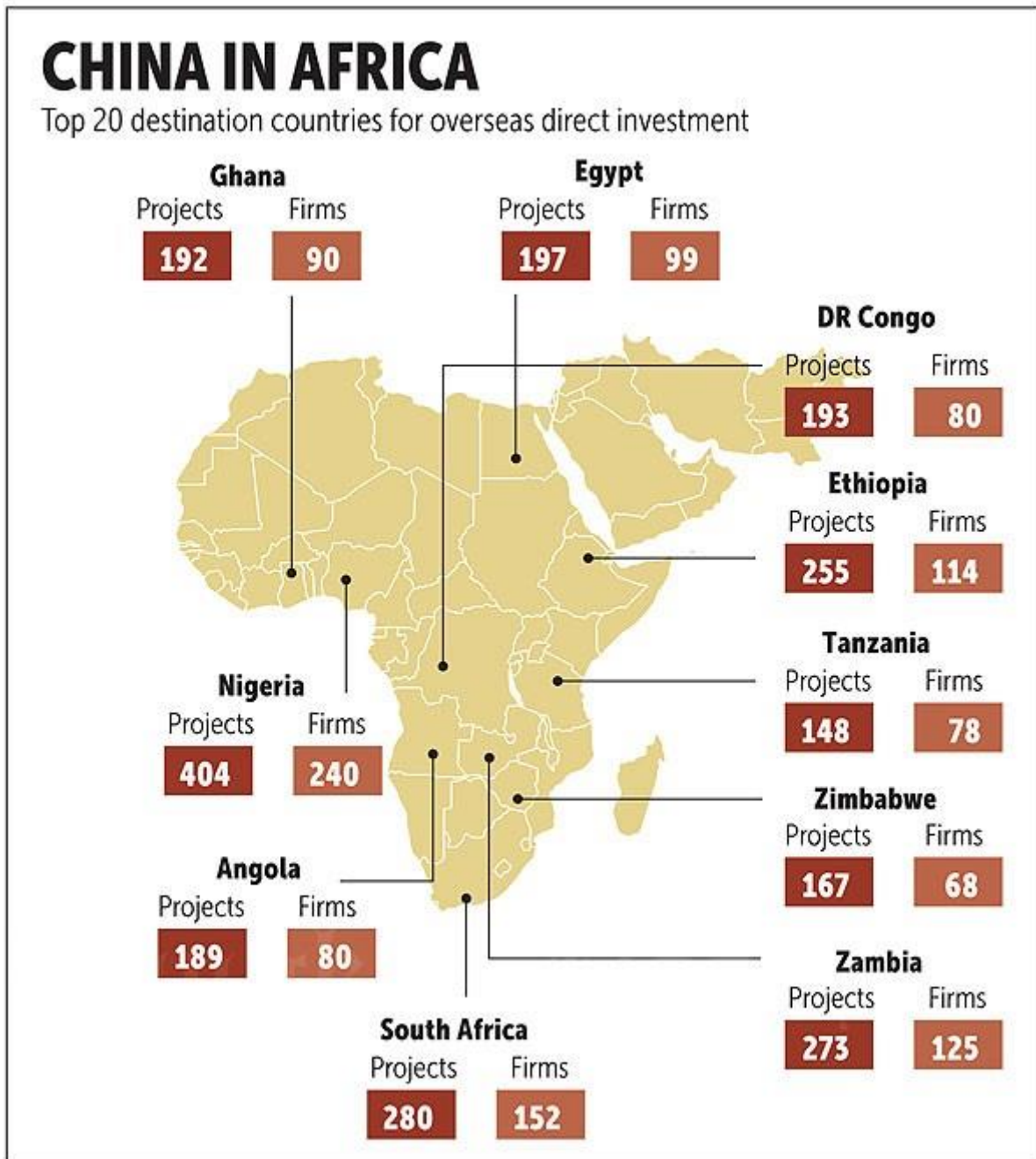


FIGURA 8 – Projetos e firmas chinesas na África, em cada país (2017)
 Fonte: BANGKOK POST, 2017.

ANEXO I

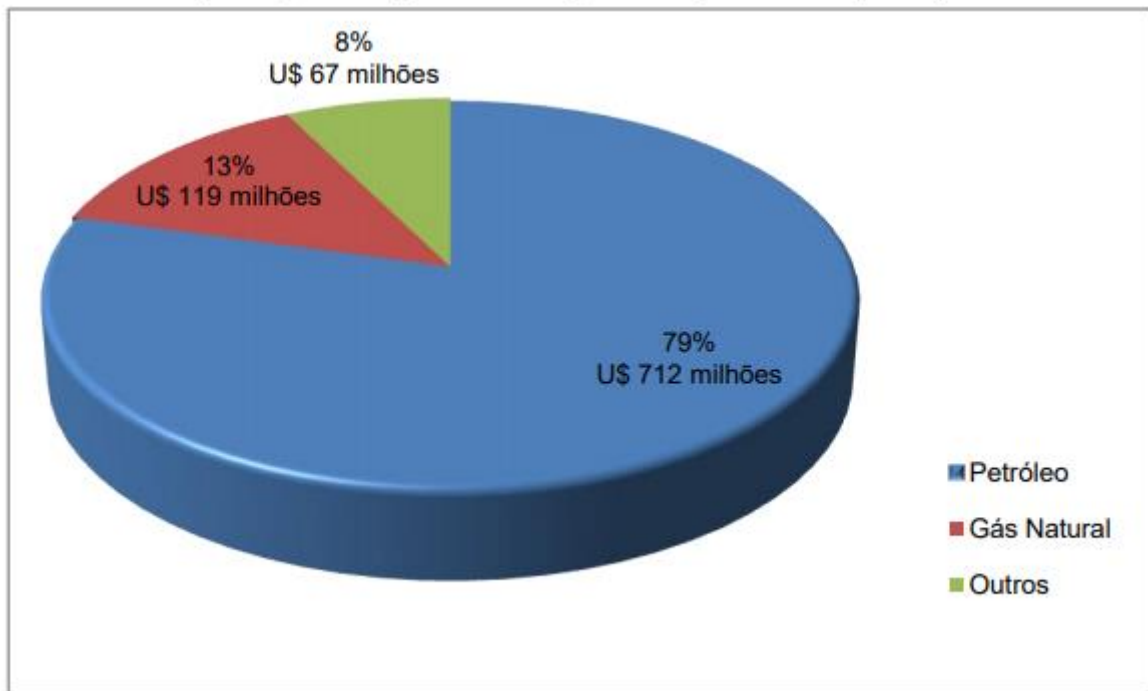


GRÁFICO 3 – Importações de produtos nigerianos pela China (2009).
Fonte: RYSDYK, 2010, p. 99.

ANEXO J

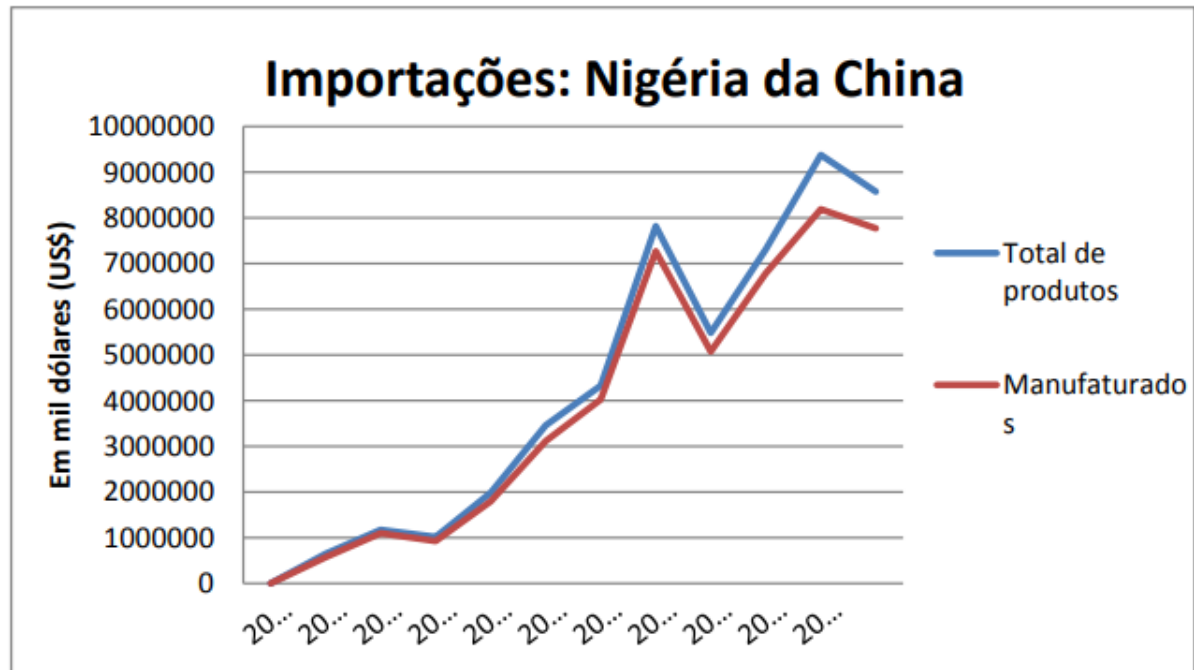


GRÁFICO 4 – Importações de produtos chineses pela Nigéria (2002-2012).
Fonte: CARNEIRO, 2014, p. 13.

ANEXO K

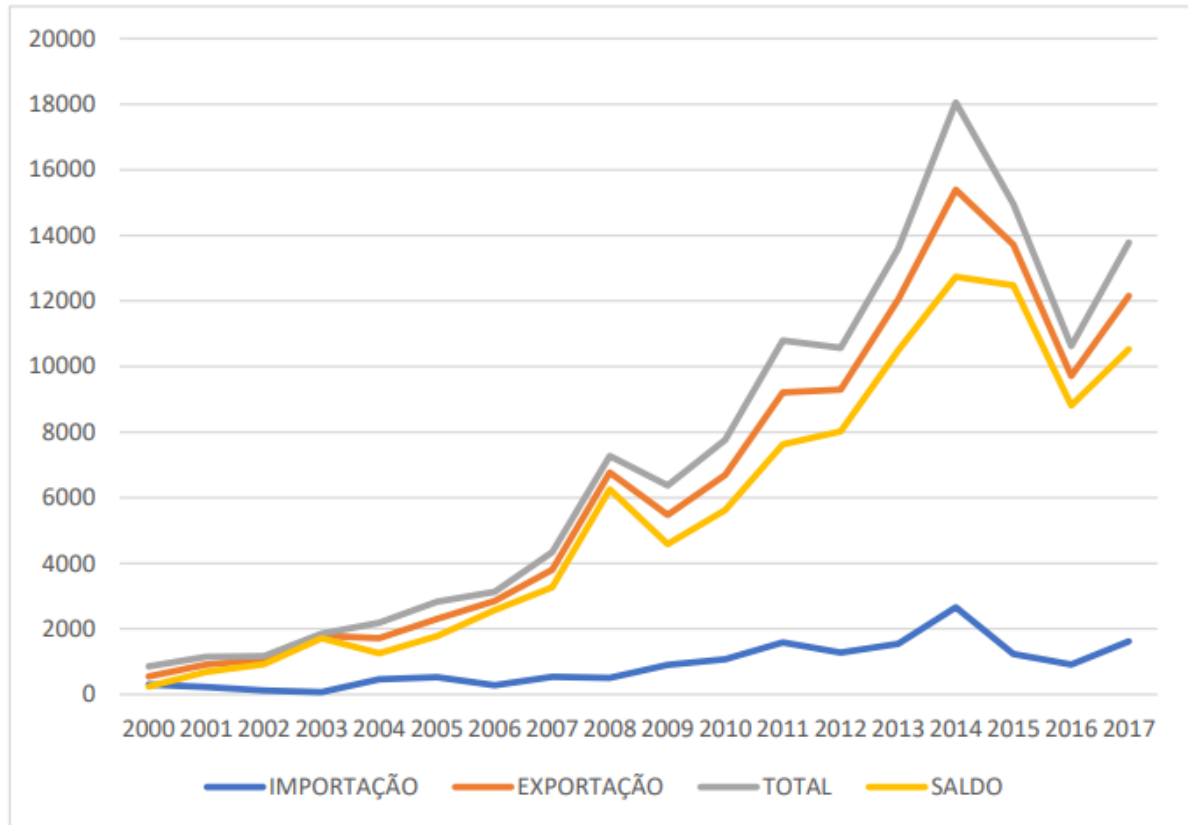


GRÁFICO 5 – Balança comercial Nigéria-China, em milhões de dólares (2000-2017).
Fonte: ALVES, 2019, p. 109.